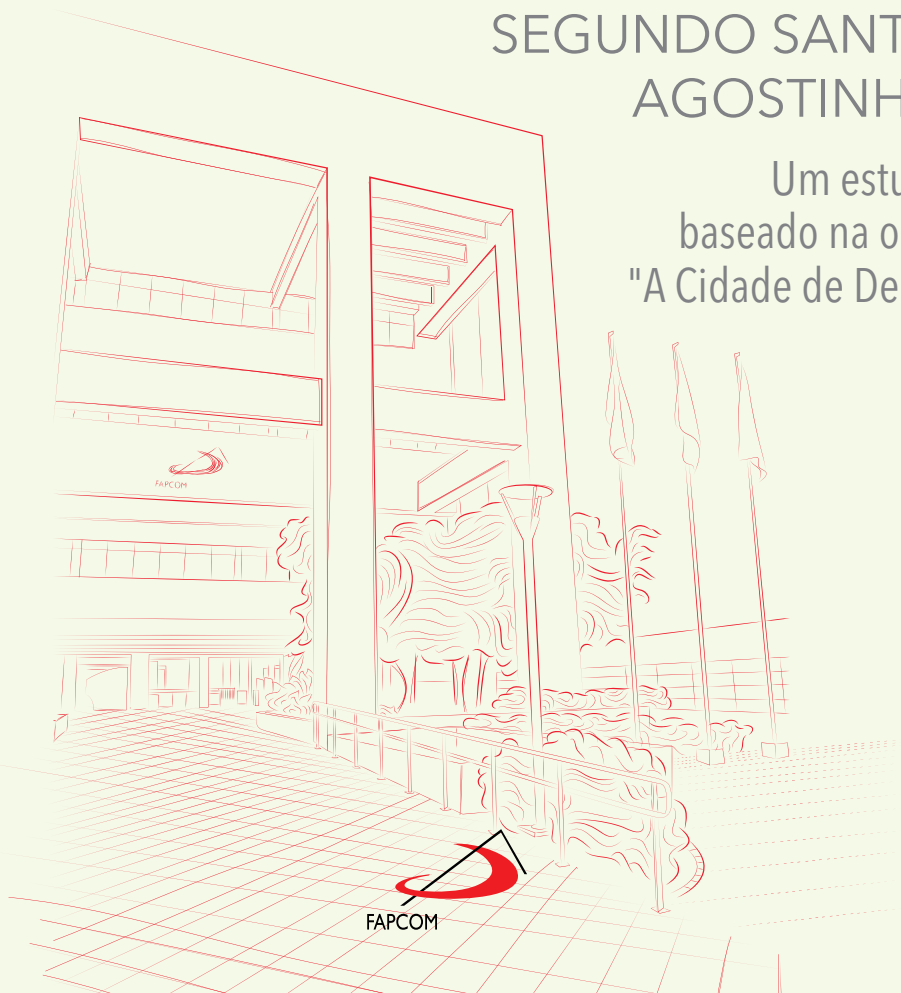


LUCAS RODRIGUES DALBOM

AS CONSEQUÊNCIAS
ANTROPOLÓGICAS DO
PECADO ORIGINAL
SEGUNDO SANTO
AGOSTINHO

Um estudo
baseado na obra
"A Cidade de Deus"





COLEÇÃO E.BOOKS | FAPCOM

FILOSOFIA

AS CONSEQUÊNCIAS ANTROPOLÓGICAS DO PECADO ORIGINAL SEGUNDO SANTO AGOSTINHO

Um estudo baseado na obra "A Cidade de Deus"

LUCAS RODRIGUES DALBOM

AS CONSEQUÊNCIAS ANTROPOLÓGICAS DO
PECADO ORIGINAL SEGUNDO
SANTO AGOSTINHO

Um estudo baseado na obra "A Cidade de Deus"



FAPCOM

Coleção E.books FAPCOM

A **Coleção E.books FAPCOM** é fruto do trabalho de alunos de graduação da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação. Os conteúdos e temas publicados concentram-se em três grandes áreas do saber: filosofia, comunicação e tecnologias. Entendemos que a sociedade contemporânea é transformada em todas as suas dimensões por inovações tecnológicas, consolida-se imersa numa cultura comunicacional, e a filosofia, face a esta conjuntura, nos ocorre como essencial para compreendermos estes fenômenos. A união destas três grandes áreas, portanto, nos prepara para pensar a vida social. A Coleção E.books FAPCOM consolida a produção do saber e a torna pública, a fim de fomentar, nos mais diversos ambientes sociais, a reflexão e a crítica.

Conselho Científico

Antonio Iraildo Alves de Brito
Claudenir Modolo Alves
Claudiano Avelino dos Santos
Jakson Ferreira de Alencar
Márcia Regina Carvalho da Silva
Valdir José de Castro

Livros da Coleção E.books FAPCOM

A COMUNICAÇÃO NA IGREJA CATÓLICA LATINO-AMERICANA

Paulinele José Teixeira

ASCENSÃO DIALÉTICA NO BANQUETE

Iorlando Rodrigues Fernandes

COMUNICAÇÃO E AMBIENTE DIGITAL

Cinzia Giancinti

A ONTOLOGIA DA ALMA EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

Moacir Ferreira Filho

**PARA REFLETIR O QUE A GENTE ESQUECIA:
ANÁLISE DE VIDEOCLIPES DA BANDA O RAPPA**

Talita Barauna

**NARRATIVAS DA FRONTEIRA:
INTERFACES ENTRE JORNALISMO E LITERATURA NAS
MEMÓRIAS DO CÁRCERE, DE GRACILIANO RAMOS**

Marcos Vinícius Lima de Almeida

O CINEMA TRASH E A RECICLAGEM DA INDÚSTRIA CULTURAL

Juliano Ferreira Gonçalves

**O TRATADO SOBRE AS DUAS NATUREZAS DE BOÉCIO
ASPECTOS FILOSÓFICOS DA CONTRAPOSIÇÃO
ÀS HERESIAS DE ÊUTIQUEUS E NESTÓRIO**

Gabriel Anderson Barbosa

O PROBLEMA DA FELICIDADE NA FILOSOFIA TRÁGICA DE NIETZSCHE

Gabriel Sanches Gonçalves

PEDRINHAS - A CIDADE E AS SOMBRAS

Guilherme Lazaro Mendes

BRANDING SENSORIAL: POTENCIAL E LIMITES

Amanda Mendes Zerbinatti

UM ESTUDO DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR
DE NARRATIVA TRANSMÍDIA BRASILEIRA

Fernanda Gonçalves dos Santos

COLCCI: DO FUNDO DO QUINTAL PARA SPFW- AS RELAÇÕES PÚBLICAS E O
MARKETING INTEGRADOS NO REPOSICIONAMENTO DA MARCA

Ynaia Alexandre Rosa

Direção Editorial

Claudiano Avelino dos Santos

Coordenação Editorial

Claudenir Módolo Alves

Márcia Regina Carvalho da Silva

Produção Editorial

Editora Paulus

Capa

Gledson Zifssak

Diagramação

Larissa Costa Mendes

Revisão Gramatical

Cícera Gabriela Souza Martins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dalbom, Lucas Rodrigues

As consequências antropológicas do pecado original segundo Santo Agostinho [livro eletrônico]
: um estudo baseado na obra "A Cidade de Deus" / Lucas Rodrigues Dalbom. -- 1. ed. -- São Paulo :
Paulus, 2017. -- (Coleção E.books FAPCOM)

749 KB ; ePub

Bibliografia.

ISBN: 978-85-349-4617-9

1. Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. A cidade de Deus 2. Cristianismo - Filosofia 3.
Filosofia e religião 4. Igreja Católica I. Título II. Série.

17-05239

CDD-230.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Cristianismo : Filosofia 230.1

© PAULUS – 2017

Rua Francisco Cruz, 229

04117-091 – São Paulo – (Brasil)

Tel. (11) 5087-3700 – Fax (11) 5579-3627

www.paulus.com.br

editorial@paulus.com.br

ISBN: 978-85-349-4617-9

RESUMO

DALBOM, Lucas Rodrigues. AS CONSEQUÊNCIAS ANTROPOLÓGICAS DO PECADO ORIGINAL SEGUNDO SANTO AGOSTINHO: Um estudo baseado na obra "A Cidade de Deus". São Paulo, 2016. 74f. Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, para a obtenção do título de bacharel em Filosofia.

Baseado na obra "A Cidade de Deus", de Santo Agostinho, o presente trabalho apresenta conceitos da criação do homem em seu estado original, bem como o preceito a ser observado, para que se mantivesse originalmente reto. Isso, considerando a maneira como Agostinho lê e interpreta a Sagrada Escritura, à luz da revelação e da fé. Não se mantendo alinhado ao seu Criador, o homem, por desobediência ao preceito divino, recebeu justa aplicação da pena. A de uma natureza desordenada, não por criação, mas por corrupção. O ato de transgressão não foi só de Adão, mas foi a natureza humana que pecou em Adão. Com isso, fica clara a questão da herança do pecado original que toda humanidade recebe. Evidencia-se, portanto, a questão da descendência única de toda a humanidade como filhos de Adão. Disso resulta uma série de implicações existentes na vida do homem por consequência de tal descendência, uma vez que após o ato do pecado original a criatura humana perdeu sua natureza ordenada. Pela privação da graça, o primeiro homem se afastou do efeito do amor e da intimidade com Deus. Contraindo, por isso, desordens internas, que refletem na vida social antropológica da natureza humana, devido tal descendência. É visto ainda que Deus usa de sua bondade para com a criatura humana, a fim de oferecer a toda humanidade a graça do resgate como único caminho de salvação. Isso para aquele que crê e deseja a felicidade eterna.

Palavras-chave: soberba; pecado original; paixão desordenada.

ABSTRACT

DALBOM, Lucas Rodrigues. THE ANTHROPOLOGICAL CONSEQUENCES OF ORIGINAL SIN ACCORDING TO ST. AUGUSTINE: A study based on the book “The City of God”. São Paulo, 2016. 741. Course Conclusion Paper presented to the Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, for obtaining bachelor’s degree in philosophy.

Based on the book “The City of God” of St. Augustine, this work presents concepts of the creation of man in his original state, as well as the precept to be watched to keep himself originally upright. This, considering the way how Augustine reads and interprets the Holy Scripture, in light of revelation and faith. The man, does not remaining aligned to his Creator, due to disobedience to divine precept, received fair application of the penalty: a disorderly nature, not by creation, but by corruption. The transgressive act was not only of Adam, but it was the human nature which sinned in Adam. Thus, it is clear the issue of inheritance of original sin that the whole humanity receives. It is evident therefore, the matter of the only one descent of whole humanity as sons of Adam. From this results a lot of implications in man's life as a result of the mentioned descent, considering that after the act of original sin the human creature lost its orderly nature. Through the privation of grace, the first man stepped away from the effect of love and of intimacy with God, contracting thus, internal disorders, reflecting in the anthropological social life of human nature, due to the offspring. It is also seen that God uses his goodness to the human creature, in order to offer to the whole humanity the grace of redemption as the only way of salvation. This for those who believe and want the eternal happiness.

Key words: hubris; original sin; disorderly passion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A CONDIÇÃO ORIGINAL DO HOMEM E A TRANSGRESSÃO	15
1.1. O estado original	15
1.2. A proibição e determinação da pena	22
1.3. A transgressão: o ato do pecado original	26
1.4. O mal como privação do bem	37
2 A NATUREZA HUMANA NO ESTADO DE VIDA PRESENTE, DEVIDO À TRANSGRESSÃO	40
2.1. A aplicação da pena	40
2.2. A morte como pena	48
3 RELAÇÃO SOCIAL ANTROPOLÓGICA	55
3.1. A desobediência penal: a dupla desordem	55
3.2. A herança do pecado à humanidade pelo vínculo de parentesco	61
4 O RESGATE QUE É OFERECIDO PARA TODA A HUMANIDADE	67
4.1. O renascimento da alma através do batismo	67
4.2. A constante ressurreição da alma através do arrependimento	74
4.3. A ressurreição da carne	82
CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

Dado o título do trabalho: "AS CONSEQUÊNCIAS ANTROPOLÓGICAS DO PECADO ORIGINAL SEGUNDO SANTO AGOSTINHO": Um estudo baseado na obra "A Cidade de Deus", o presente estudo é apresentado em quatro capítulos. Isso, obedecendo um critério metodológico de divisão do assunto em ordem sistemática, para que o conhecimento se dê em uma ordem sequencial, num caminho a ser traçado para o alcance do entendimento do leitor.

Não se sabe se Agostinho fala como teólogo ou como filósofo, se prova a existência de Deus ou se desenvolve uma teoria do conhecimento. Ou ainda, se as verdades das quais fala pertencem à ciência ou à moral, se expõe uma doutrina da sensação ou se expõe as consequências do pecado original. A dinâmica de Agostinho está numa corrente tão bem articulada que não se pode segurar em um elo da corrente, sem tomar para si a corrente inteira (GILSON, 2010).

O trabalho aqui elaborado, parte de uma discussão fundamentada pelo texto de referência bibliográfica principal "A Cidade de Deus", de Santo Agostinho. Ademais, sendo abordados, principalmente, os Livros XII, XIII, XIV e XIX de tal obra, e isso, pela intenção de se tratar de apenas algumas questões específicas que Agostinho desenrolou, filosoficamente ou teologicamente, em sua corrente intelectual.

Diante de qualquer problema levantado, Agostinho relaciona-o com Deus, para mostrar-nos Deus. Evidentemente, esse caráter sempre será reencontrado em algum grau nos filósofos submetidos à sua influência. Eis que é direcionada para Deus a ordem natural da doutrina agostiniana, numa irradiação em torno de um centro, que é a ordem da caridade. Deus é, pois, o seu centro. Agostinho não deixa de repetir, Deus é caridade, e dizer caridade é dizer amor. Isso deve ser a essência da vontade humana na visão agostiniana (GILSON, 2010).

Diante da maneira como Agostinho trata a questão do pecado original em "A Cidade de Deus", será dado foco às questões antropológicas na vida da criatura humana, bem como à mudança da relação entre Deus e sua criatura, após o ato do pecado, devido à justa aplicação da pena à criatura.

O fio condutor do trabalho se apresenta num caminho que parte da condição original com que o homem foi criado até a condição das paixões desordenadas com que vive hoje. Sendo tratado no meio deste caminho, dos atos cometidos por transgressão, ou seja, por desobediência ao Criador. Bem como as consequências da transgressão, sem, contudo, deixar de manifestar a bondade de Deus para com a criatura desobediente em vista da suprema felicidade.

No que tange a tais questões, o aprofundamento aqui dado, está ligado às desordens internas, aos conflitos internos das paixões libidinosas na vida e nas relações humanas, sem, contudo, deixar de perpassar pelo caminho que trata da história da criação do homem, para que o aprendizado se dê por conhecimento da história da humanidade desde seu princípio.

Tudo isso, segundo a maneira pela qual Agostinho lê e interpreta o Gênesis à luz da revelação pela Sagrada Escritura. Eis a pressuposição fundamental do agostinianismo: "a verdadeira filosofia pressupõe um ato de adesão à ordem sobrenatural, que libera a vontade da carne, pela graça, e o pensamento do ceticismo, pela revelação"¹.

O renomado estudioso e comentador de Santo Agostinho, Étienne Gilson, comenta a doutrina agostiniana revelada à luz da fé como fonte de conteúdo para a razão.

Na boa doutrina agostiniana, a fé mostra, não demonstra. Então, uma coisa é partir de um dado revelado para definir ou deduzir racionalmente o conteúdo, como faz o teólogo; outra é partir do mesmo dado revelado, como faz o agostiniano quando filosofa, para ver se e em que medida seu conteúdo coincide com o da razão. Para o teólogo que argumenta, e santo Agostinho não se privou de fazê-lo, a revelação fornece as premissas da prova; para o filósofo cristão que medita, o que Agostinho algumas vezes queria ser, a revelação simplesmente propõe o seu objeto. O que caracteriza o método agostiniano como tal é a recusa de sistematicamente cegar a razão fechando os olhos ao que a fé mostra, donde o ideal correlativo de uma filosofia cristã, que seja filosofia verdadeira enquanto cristã porque, ao deixar a cada conhecimento sua ordem própria, o filósofo cristão considera a revelação como uma fonte de luz para a razão (GILSON, 2010, p. 460).

1 GILSON, 2010, p. 450

Dada a revelação como fonte de luz para um estudo palpado na razão, Agostinho ao adotar a leitura do livro de Gênesis, na Sagrada Escritura, o adota como essa fonte reveladora. Agostinho verifica a coincidência, ou semelhança, que há no que é revelado pela Sagrada Escritura, com o que há de manifesto na natureza humana.

Isso, para explicar a condição da natureza humana antes e depois do ato pecado, bem como a mudança da relação entre Deus e a criatura humana após ter cometido tal ato.

Uma vez que dado o estado original, na graça, com que o homem foi criado por Deus, em perfeita ordem interna e sob o efeito de seu amor, tratar-se-á da motivação do homem para o ato do pecado, bem como o ato em si. Também será abordada a consequência que tal ato gerou, uma vez que Deus havia estabelecido uma proibição e uma pena caso houvesse a transgressão.

Diante do ato do pecado original cometido pelo primeiro homem, Adão, busca-se compreender o motivo de se haver perpassado na história da humanidade, de geração em geração, as consequências deste primeiro ato pecaminoso. Isso, com a finalidade de se entender as razões pelas quais vivem os homens hoje, numa dupla desordem interna.

Para Agostinho, essas desordens são aquelas em que o corpo não mais obedece a alma, e aquela em que as paixões não mais obedecem a razão. Tal condição é contrária àquela em o homem se encontrava antes de cometer o ato do pecado e de ter recebido a aplicação da pena.

É tratando dessa dupla desordem que o presente estudo abordará a relação social antropológica em que o homem vive hoje. Isto é aprofundado no capítulo três, a fim de que se possam compreender os reflexos que um ato ocorrido no início da história da humanidade tem na história atual, o que se dá pelo vínculo de parentesco que toda humanidade possui quanto a Adão.

Santo Agostinho reduz a história do mundo à história do pecado e da graça, porque pensa o drama do mundo e do ser humano, em função do drama que se operou em sua alma mesma. "Na descrição da natureza e do homem que ele nos oferece, ele sempre se deixa guiar por uma experiência pessoal decisiva: a da sua própria conversão"².

² GILSON, 2010, p. 456.

Sabido da bondade de Deus para com a criatura humana, o trabalho aborda a maneira pela qual Agostinho trata a questão do resgate da humanidade, oferecido pelo Criador. Isso, uma vez que Deus, em sua infinita bondade, oferece à criatura humana a possibilidade de se manter sob o efeito de seu amor, mesmo que vivendo sob desordens internas. Não que isso se dê por mérito do homem, mas sim por graça divina.

"Voltado totalmente para a posse da felicidade, o agostinianismo só reconhece como filosofia verdadeira aquela que, não contente de mostrar o fim, fornece os meios para alcançá-lo"³. Seguindo um caminho, pelo fio condutor do trabalho, será abordado em seu fim como o homem deve se comportar para obter o resgate oferecido por Deus. E com isso, poder voltar ao estado de graça, vivendo sob o efeito do amor de Deus na vida presente. Além de, pela fé e pela esperança, aguardar a vida futura, que é a suprema felicidade.

3 GILSON, 2010, p. 461.

CAPÍTULO I

A CONDIÇÃO ORIGINAL DO HOMEM E A TRANSGRESSÃO

1.1. O estado original

Na obra da criação, Deus cria o homem, Adão, no sexto dia. Ele o cria a partir do barro e sopra em suas narinas o Espírito, dando ao homem o hálito da vida. Deus, Criador, deu ao homem, criatura, um habitat perfeito, um paraíso, chamado Jardim em Éden.

7 Então Iahweh Deus modelou o homem com a argila do solo, insuflou em suas narinas um hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente. 8Iahweh Deus plantou um jardim em Éden, no Oriente, e aí colocou o homem que modelara (BÍBLIA DE JERUSALÉM. Gênesis 2, 7-8, p. 35/36).

A partir deste contexto, expresso pela Sagrada Escritura no livro do Gênesis, pode-se observar como se desencadeou a vida do homem, na sua relação com Deus, com as demais criaturas e com seus descendentes.

De acordo com o livro do Gênesis 1, 26-28 (BÍBLIA DE JERUSALÉM),

26 Deus disse: "Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra". 27Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou. 28Deus os abençoou e lhes disse: "Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra."

Deus o cria à sua imagem e semelhança, dotado de saber e inteligência, dando-lhe a capacidade para o conhecimento. Deus o coloca no paraíso e depois percebe que ele necessitava de uma auxiliar

e então cria a mulher. Ele lhes ordena que cuidem de todas as outras criaturas, além da ordem da reprodução humana.

Observa-se o livro do Gênesis 2,18-24 (BÍBLIA DE JERUSALÉM).

18 Iahweh Deus disse: "Não é bom que o homem esteja só. Vou fazer uma auxiliar que lhe corresponda." 19 Iahweh Deus modelou então, do solo, todas as feras selvagens e todas as aves do céu e as conduziu ao homem para ver como ele as chamaria: cada qual devia levar o nome que o homem lhe desse. 20 O homem deu nomes a todos os animais, às aves do céu e a todas as feras selvagens, mas, para o homem, não encontrou a auxiliar que lhe correspondesse. 21 Então Iahweh Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou uma de suas costelas e fez crescer carne em seu lugar. 22 Depois, da costela que tirara do homem, Iahweh Deus modelou uma mulher e a trouxe ao homem. 23 Então o homem exclamou: "Esta, sim, é osso de meus ossos e carne de minha carne! Ela será chamada 'mulher', porque foi tirada do homem!" 24 Por isso um homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne.

Portanto, como foi dito, Deus não criou o homem e a mulher, criou o homem único e só, Adão, e a partir dele é que Deus criou a mulher, sendo, pois, toda a humanidade descendente de um só homem. Pois, até a mulher, Eva, veio do primeiro homem, Adão.

Tendo Deus criado o homem à sua imagem, efetivamente, criou nele uma alma apta pela razão e pela inteligência a se elevar acima de todos os outros animais e demais seres criados, desprovidos de um espírito deste gênero (AGOSTINHO, 2011. Livro XII; Cap. XXIV).

Formado o homem do pó da terra, insuflando-lhe essa alma citada, quer a tenha já feita, quer fazendo-a pelo seu próprio sopro, quis que esse sopro fosse a própria alma do homem. E sendo o Criador, fez de um osso tirado do lado do homem, uma esposa para ajudá-lo na geração, ou seja, para a propagação da natureza humana (AGOSTINHO, 2011. Livro XII; Cap. XXIV).

Belo e perfeito era o estado original do primeiro homem. Possuindo uma alma espiritual dada por Deus, se encontrava numa natureza acima de qualquer outra criatura submetida a si por decreto de seu Senhor, que o colocava apenas abaixo dos anjos.

Ao homem, [...] deu uma natureza intermédia entre o anjo e o animal: [...] mas se, abusando da sua livre vontade pelo orgulho e a desobediência, ofendesse o Senhor seu Deus, deveria, condenado à morte, viver à maneira dos animais, escravo das paixões e votado, após a morte, a eterno suplício. Foi por isso que o criou único e só, não certamente para o deixar isolado de toda a sociedade humana, mas para pôr mais em relevo a seus olhos o vínculo de unidade e concórdia que esta sociedade deve manter, estando os homens ligados entre si pela identidade de natureza e pelos vínculos afetivos de parentesco (AGOSTINHO, 2011. Livro XII; Cap. XXII, p. 1139-1140).

Mesmo estando o homem acima dos animais e abaixo dos anjos, em uma posição intermediária entre estes, fica claro que o homem devia manter-se obediente aos preceitos de seu Senhor. Isso, para não sofrer a escravidão das paixões, à maneira dos animais.

Pode-se dizer ainda que Deus o criou nesta condição, entre os anjos e os animais, para dar-lhes um destaque. Esta natureza devia manter-se ligada entre si pelos vínculos afetivos de parentesco, como uma natureza única que deve viver na paz, na unidade e na concórdia, a fim de que sob os olhos de seu Senhor seja vivida a observância de seus preceitos.

Deus lhes deu ainda o livre arbítrio, como uma propriedade da natureza humana, com capacidade de determinação racional, de saber o que quer e querer ou não realizar suas próprias ações. Portanto, o livre arbítrio está relacionado à realização ou não de um ato.

Tendo Deus criado o homem e a mulher e os colocados no paraíso, estes se encontravam em uma situação dita: "na graça", ou seja, em um "estado de graça", de retidão e de alinhamento com Deus, ajustados e retos por criação. Este era o estado original em que se encontravam nossos primeiros pais, e assim se manteriam até a beatitude final, caso não tivessem cometido o ato do pecado original.

A respeito de tal condição, Agostinho comenta, caso o homem não tivesse pecado, em: (AGOSTINHO, 2011. Livro XII; Cap. XXII, p. 1139).

[...] se se mantivesse submetido ao seu criador como o seu Senhor, observando com piedosa obediência os

seus mandamentos, juntar-se-ia à sociedade dos anjos e conseguiria para sempre a beatitude eterna sem passar pela morte.

Essa condição na "graça", do homem submisso ao seu Criador, é a de amizade e intimidade com Deus. Em tal condição o homem e a mulher estão com suas paixões ordenadas, com sua natureza humana ordenada, em que o corpo obedece à alma e a paixão obedece à razão. Sendo ainda o corpo servidor integral da alma e a alma servidora integral de Deus. Condição em que a razão não se envergonha da paixão. "Ora, os dois estavam nus, o homem e sua mulher, e não se envergonhavam" (BÍBLIA DE JERUSALÉM. Gênesis 2, 25).

Dizer que se encontravam num "estado de graça", é ainda dizer que o homem e a mulher estavam numa condição de comunhão com Deus, sob o efeito do amor de Deus na criatura racional. Não havendo, portanto, desordens internas na natureza humana, não havendo, pois, vergonha alguma de seus corpos nus, e ainda não se envergonhando de Deus por coisa alguma.

A esse respeito, Agostinho faz um questionamento (AGOSTINHO, 2011. Livro XI; Cap. XII, p. 1017):

Quem é que, de fato, ousaria negar que os primeiros homens no Paraíso tenham sido felizes antes do pecado [...]? Não é sem motivo que nós hoje chamamos felizes àqueles que vemos viverem na justiça e na piedade com a esperança da imortalidade, sem qualquer crime a roer-lhes a consciência, obtendo facilmente a misericórdia divina para os seus pecados de fragilidade presente. [...] a respeito do gozo de um bem presente, o primeiro homem era mais feliz no Paraíso do que qualquer justo na debilidade desta vida mortal.

Tendo em vista tal questionamento e comentário de Agostinho, pode-se dizer que não é possível ao homem presente negar que, por mais próximo que estiver agora, nesta vida, da amizade e sob o efeito do amor de Deus, ainda assim é menor a sua justeza e retidão, ou seja, um alinhamento que pode trazer felicidade, do que a dos primeiros homens antes do pecado, no paraíso, pois, os de agora sofrem ao menos os temores e as sujeições ao mal, o que aqueles nem sequer tinham conhecimento.

Não tendo conhecimento do mal, estava o primeiro homem reto no paraíso, quando colocado lá por Deus, dotado de vontade boa.

Não seria de fato reto se não tivesse vontade boa. A boa vontade é, portanto, obra de Deus, assim como a natureza boa do homem criado por Deus. Foi com ela, com a boa vontade, que Deus criou o homem (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XI).

Este primeiro homem terrestre, reto e que não tinha conhecimento do mal, feito do barro, foi criado com "alma vivente" e não com "espírito vivificante", o que lhe estava reservado como prêmio da sua obediência. Seu corpo tinha necessidade de comida e de bebida para não sofrer de fome e de sede. Tendo, portanto, um corpo animal que estava protegido contra uma morte fatal pela árvore da vida, que o mantinha na flor da juventude (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XXIII).

Não era, pois, um corpo espiritual, mas sim animal. Não estavam destinados à morte, antes do pecado, que incorrido na condenação de que Deus os tinha ameaçado. Os alimentos não lhe foram negados fora do Paraíso, ficou, porém, privado da árvore da vida e entregue ao tempo e à velhice, para acabarem os dias de uma vida que, se não tivesse pecado, podia ser perpétua no Paraíso. Embora com corpo animal, até que graças ao prêmio da obediência, chegasse a ser corpo espiritual (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XXIII).

É, portanto, formado de corpo animal e com alma vivente que os primeiros homens, Adão e Eva, se encontravam no paraíso, em uma condição de que, se obedecessem a seu Senhor, receberiam como prêmio um espírito vivificante. Isso se daria sem que devessem passar pelos males e torpores da carne, sem carregar os fardos da velhice e sem passar pela morte.

Sabe-se, pois, como dito, que este homem é formado de corpo animal e alma vivente, sem o que não se chamaria homem, porque homem não é só corpo nem só alma, mas o composto de corpo e alma. Portanto, a verdade é que a alma não é o homem todo, mas a sua parte melhor, e nem o corpo é o homem todo, mas a sua parte inferior (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XXIV).

É ao conjunto de ambos, corpo e alma, que se dá o nome de homem, mas as partes não perdem este nome, mesmo quando se fala de cada uma distintamente. Uma parte diz o homem interior, a outra parte diz o homem exterior.

[...] chama à alma "homem interior" e ao corpo "homem exterior", como se fossem dois, embora o homem seja uma e outra parte ao mesmo tempo. Mas convém compreender em que sentido se diz que o homem é a "imagem de Deus", e que é "terra e à terra voltará". A primeira expressão refere-se à alma racional dada ao homem, isto é, ao corpo do homem pelo sopro de Deus ou, [...] pela inspiração de Deus; a segunda refere-se ao corpo tal qual foi formado por Deus a partir do pó, ao qual se deu a alma para dele fazer um corpo animado, isto é, um homem dotado de alma vivente (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XXIV, p. 1223).

Como dito, o homem é um único composto, uma parte alma e outra parte corpo, sendo a alma o homem interior, a parte racional do homem, dada ao homem pelo sopro de Deus, fazendo-o vivente e à sua imagem, dotado de saber e de inteligência. Quanto ao corpo, se diz a parte do homem formado, por Deus, do barro, que recebendo alma se tornou corpo animado, um corpo com anima⁴.

Os primeiros homens, pois de dois era a união conjugal, não experimentavam no seu corpo animal, antes do pecado, os sentimentos que já não experimentaremos no nosso corpo espiritual, quando se apagar e acabar todo o pecado.

De nada sofriam e nada temiam esses primeiros homens, numa tão grande afluência de bens, numa condição em que nem a morte nem má disposição alguma do corpo tinham a recear. Não lhes faltava nada do que a boa vontade desejava, e ainda não havia coisa alguma que fosse capaz de contrariar a carne ou o espírito desses homens que viviam com tanta felicidade (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. X).

Esta felicidade com que viviam nossos primeiros pais, no paraíso, era de tal maneira, que os mantinha sob o efeito do amor de Deus, por lealdade e fidelidade, tanto para com o Criador quanto de um para com o outro. Assim, era o estado de alegria deles, pelo gozo da vida apenas.

Sereno era o seu amor para com Deus bem como entre os cônjuges que viviam em fiel e leal sociedade. E desse amor nascia uma grande alegria porque tinham sempre presente, para o gozarem, o objeto

4 Do latim *Anima*, Alma, princípio vital do corpo. Que mantém o corpo animado, vivente. Princípio de automovimento do corpo.

do seu amor. Evitava-se com tranquilidade o pecado e, ao evitá-lo, não surgia, em contrapartida, mal algum que pudesse contrastá-los (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. X, p. 1269).

Não desejavam, pois, tocar no fruto proibido para o comerem, de maneira que esse desejo e esse temor não só não os perturbava, como nem existia em tal lugar. E longe de nós pensarmos que pudesse existir esse temor e essa perturbação onde nenhum pecado havia (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. X).

Os primeiros homens eram felizes no paraíso, sem sofrerem as perturbações da alma e nem as dores pelas doenças do corpo, bem como livres de todos os males desta vida. Assim seria também toda a sociedade humana, se os primeiros homens não tivessem pecado. Isso, já que todos os homens possuem por único ascendente, o primeiro homem, que pecou. Eles são dois, porém em um só, unidos pelo vínculo conjugal.

Esta felicidade se manteria até que, por efeito da bênção de Deus, que diz: "*Crescei e multiplicai-vos*"⁵, o número dos santos predestinados fosse completo. E a vida dos santos, sem terem experimentado o mal, a dor, nem morte alguma, seria tal qual será a vida dos filhos de Deus, depois de passar pelos temores da vida e pela morte da carne. Isso, na incorrupção dos corpos, quando aos mortos for concedida a ressurreição, por graça e misericórdia de Deus ao homem que crê (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. X).

Tão grande era a felicidade e o estado de graça em que se encontravam nossos primeiros pais no paraíso, antes de cometerem o pecado, como é a glória e o louvor dos anjos e dos santos ao Deus soberano, ao Deus Criador, que criou o homem reto e cheio de boa vontade.

Agostinho apresenta, em sua obra chamada "Confissões", o significado simbólico do homem feito à imagem de Deus. Segundo ele, Deus criou o homem à sua imagem e semelhança "a fim de que possamos reconhecer a tua vontade. [...] o que é bom, agradável e perfeito"⁶. Ou seja, a fim de que pudéssemos ser cheios de boa vontade, vivendo sob sua perfeição.

5 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Gn 1, 28, p. 35.

6 AGOSTINHO, 1997. Confissões. Patrística 10, p. 432.

Assim Deus criou o homem, semelhante a Ti. Para viver na sua bondade e em sua fidelidade, mantendo-se em perfeita ordem carnal e espiritual. Vivendo sob a graça e sob o efeito do amor dele que é seu Senhor e Criador.

1.2. A proibição e determinação da pena

Deus criou o homem e a mulher, deixou-os numa condição de "graça" e livres no Paraíso. Porém, institui uma proibição. Uma proibição está relacionada a uma conduta, uma ação possível de realização, pois se não houver a possibilidade da realização, não seria necessário proibir. Tal proibição instituída por Deus vem com uma pena estabelecida, caso haja a transgressão.

Portanto, Deus estabeleceu uma proibição e uma pena ao transgressor. A proibição instituída por Deus ao homem e à mulher é de que eles não devem comer da árvore do conhecimento do bem e do mal. E a pena estabelecida, de que eles morrerão, caso haja a transgressão. Ouseja, a não observância ao preceito estabelecido por Deus implicará morte.

De acordo com o livro do Gênesis 2, 15-17 (BÍBLIA DE JERUSALÉM),

15 Iahweh Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden para o cultivar e o guardar. 16 E Iahweh Deus deu ao homem este mandamento: Podes comer de todas as árvores do jardim. 17 Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás, porque no dia em que dela comeres terás que morrer.

A respeito de tal morte e como esta acontece por aplicação da pena ao transgressor, será explorado adiante. Cabe agora apenas enunciar a relevância do preceito estabelecido e sua observância frente ao Criador.

Ao estabelecer uma proibição, Deus está revelando seu poder superior sobre o homem. Neste caso, um poder como força de impor sua vontade, um poder revestido de sabedoria, portanto, sua autoridade sobre o homem, sendo a autoridade como um direito de ensinar e de dirigir a criatura que se encontra sob sua força.

Com isso, Deus está revelando, ainda, a existência de uma relação entre Criador e criatura, ensinando que ele é o Senhor, que é Onipotente e sábio infinitamente. Deus se revela como Criador nessa relação, como quem tem poder e autoridade sobre o homem que é a criatura. Neste contexto, Adão e Eva, que estão sujeitos ao poder de Deus, devem fidelidade e lealdade à autoridade Dele.

Sendo Deus o portador do poder e da autoridade, e estando o homem em uma condição de sujeição e de dever lealdade a Deus, mesmo tendo Deus dado ao homem o livre arbítrio, nessa relação, o livre arbítrio dá apenas ao homem a condição de determinar a realização ou não de um ato. Neste caso, o livre arbítrio, não dá ao homem a condição de determinar o valor do ato, se bom ou mal. Esta segunda é a condição em que Deus se encontra, porque possui o poder e a autoridade revestida de sabedoria, porque Ele é o Senhor.

O Apóstolo, ao pretender mostrar quão nocivo é o pecado sem a ajuda da graça, não hesitou em apresentar a própria lei, pela qual o pecado é proibido, com a força do pecado. Diz ele: "O pecado é o aguilhão da morte (1Cor 15,56)"; mas a força do pecado é a lei. Pura verdade! De fato, a proibição aviva o desejo de um ato ilícito quando se não ama suficientemente a justiça para lhe encontrar um encanto que vença o desejo de pecar (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. V, p. 1167).

A lei é, pois, o que torna o ato proibido, sem a lei estabelecida não há nenhuma proibição. E ainda, a lei é que dá força ao pecado. Pois pelo fato de ser proibida, a própria proibição excita ao desejo pelo ato ilícito, quando o amor e a justiça não são capazes de vencer o desejo e a vontade de pecar. E quanto a isso, não há quem possa negar que muitos por curiosidade foram conduzidos a pecar, ou provocados pelo desejo do ilícito.

A lei não é um mal quando aumenta o desejo dos que pecam. De mesma maneira a morte não é um bem quando aumenta a glória dos que sofrem. "Assim como a lei, quando é posta de lado pela iniquidade, e faz prevaricadores, assim também a morte, quando se aceita pela verdade, faz mártires"⁷.

⁷ AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. V; Pag. 1167-1168.

É por esse motivo que se pode dizer que a lei é efetivamente boa, porque é a proibição do pecado, pois orienta o homem à retidão de corpo e da alma, quando evita o pecado, optando pela verdade e orientação de seu Senhor. E que a morte é má porque é o salário do pecado, ou seja, a morte é o castigo, pagamento do transgressor ao seu Senhor.

Mas assim como a injustiça usa mal, não apenas dos males, mas também dos bens, — da mesma forma a justiça usa bem, não só dos bens, mas também dos males. Daí resulta que os maus usam mal da lei, embora ela seja boa — e que os bons morrem bem, embora a morte seja um mal (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. V, p. 1168).

Com isso, pode-se dizer que os maus não fazem bom uso da lei, por não quererem usufruir dela assim e por não reconhecerem o bom fim a que sua observância pode conduzi-los. Não encontram o bem na observância da lei.

Ao contrário, os bons reconhecem e fazem bom uso da lei que os proíbe, mesmo sentindo a morte como um mal, por consequência do primeiro pecado. Estes sabem que quando esta morte chegar será boa, tendo sido observada a lei, pois a observância da lei não é um mal e sim um bem.

Era conveniente ao homem submetido ao seu Senhor, que recebesse uma proibição, um preceito a ser seguido, para que a obediência, que devia merecer seu Senhor fosse uma virtude para o homem. Entretanto, agora é uma virtude para os homens a capacidade de obedecer ao Senhor diante da lei, frente os desejos ilícitos.

Com relação ao que diz Agostinho sobre tal obediência do homem ao seu Senhor ser uma virtude, também em relação às futuras transgressões, caso a primeira viesse a ocorrer, pode-se observar em: AGOSTINHO, Comentário ao Gênesis. 2005. Livro VIII. Cap. VI, p. 282.

Posso dizer que a obediência representa a única virtude para toda criatura que age sob o poder de Deus; e que o primeiro e maior dos pecados do orgulho, cujo nome é desobediência, é querer usar de seu poder para sua ruína. Não haveria como o homem pudesse pensar no Senhor e reconhecê-lo, se não lhe fosse ordenado aquele preceito. Assim, essa árvore não é má, mas foi denominada árvore do conhecimento para discernir o

bem e o mal, porque, se o homem dela comesse depois da proibição, nela aconteceria a futura transgressão do preceito, na qual o homem aprenderia pela experiência do castigo a diferença entre o bem da obediência e o mal da desobediência.

Portanto, a obediência da criatura ao seu Senhor é uma virtude para o homem leal, sendo sua ruína, pelo pecado do orgulho, a desobediência ao preceito.

O preceito estabelecido, de que o homem não devia comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, se deu não porque aquela árvore que se encontrava no paraíso era má. Deus lá criara tudo bom e belo. Tal árvore estava lá para ficar clara ao homem a diferença entre o bem e o mal, caso a observância do preceito fosse rompida.

E assim, pela não observância do preceito de não tocar em tal árvore, o homem conheceria, por experiência, em futuras transgressões aos preceitos do Criador, o bem da obediência e o mal da desobediência.

[...] Se tivesse algum mal aquela árvore, da qual Deus proibiu ao homem comer, a natureza envenenada de seu mal pareceria conduzir à morte. Mas porque plantara no paraíso todas as árvores boas aquele que fez muitas coisas, todas boas, e não havia natureza alguma do mal, posto que em parte alguma existe qualquer natureza má [...], foi proibido comer dessa árvore, que não era má, para que a própria observância do preceito fosse por si mesma um bem, e a transgressão, um mal (AGOSTINHO, Comentário ao Gênesis. 2005. Livro VIII. Cap. XIII, p. 294).

Não foi para a transgressão que Deus criou o homem, pois que criou à sua imagem e o constituiu em sua amizade, como criatura espiritual, e o homem só pode viver essa amizade como livre submissão a Deus. Fica claro que a intimidade e a submissão a Deus são oferecidas ao homem, pelo próprio Deus, para que assim se manifeste em liberdade, pois por livre arbítrio o homem obedece ao seu Senhor, assim como também por livre arbítrio desobedece.

É o que exprime a proibição feita ao homem, de não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal. Esta árvore evoca simbolicamente o limite intransponível que o homem, como criatura de Deus, deve livremente

reconhecer e respeitar com confiança.

Nessa relação entre Deus Criador e homem criatura, o homem depende indispensavelmente do Criador, pois está submetido às leis da criação num todo e às normas que regem o uso da liberdade que Deus lhe concedeu. Entretanto, essa liberdade dada por Deus não isenta o homem da observância de certos preceitos.

No caso do “pecado original”, o preceito a ser observado é que eles, nossos primeiros pais, não deveriam comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. É dado destaque aqui, não ao fato de se comer do fruto em si, mas o preceito está estritamente ligado à obediência que se deve ter a um preceito estabelecido por Deus, não devendo, pois, desobedecer a Deus.

Sendo a pena determinada, caso haja a transgressão, de que se comessem do fruto haveriam de morrer, não se trata de uma morte repentina do homem todo logo após o ato de comer, ou mais precisamente de desobedecer. Trata-se de uma morte que se manifesta de várias maneiras, das quais será dito adiante.

1.3. A transgressão: o ato do pecado original

Antes do ato do pecado, veio a soberba. Foi por se encher de orgulho e de soberba que nossos primeiros pais cometeram o ato do pecado original, ao desobedecerem a Deus, comendo da árvore proibida.

Quanto à soberba, Santo Agostinho comenta em seu livro "A Cidade de Deus" em: (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XIII, p. 1277 e 1278).

Foi no seu íntimo que começaram a ser maus para logo caírem em ostensiva desobediência. De fato, não se chega ao ato mau sem que a vontade má o tenha precedido. Ora qual pode ser o começo da vontade má senão a soberba? Efetivamente, "o orgulho é o começo de todo o pecado (Eccl. 10,15)". Mas que é a soberba senão o desejo de uma falsa grandeza? A grandeza perversa está, na verdade, em abandonar o princípio ao qual a alma se deve unir para se tornar de certo modo seu próprio

princípio. Isso se realiza quando ela se compraz demasiadamente em si própria. E, de fato, compraz-se em si própria quando se afasta daquele imutável bem que devia agradar-lhe mais do que ela própria a si mesma. [...] o mal, a transgressão em comer do alimento proibido, não se realizou senão por comerem-no quando já eram maus.

Encher-se de soberba é encher-se da vontade e do desejo de aspirar estar em uma posição acima da que lhe convém, é querer ocupar a posição oposta daquela que lhe cabe. A humildade é o oposto da soberba, pois o humilde se coloca em seu lugar, ocupa a posição que lhe convém e que lhe cabe. Contrário a isso, é o soberbo, que se compraz em si próprio cheio da má vontade, movido pelo orgulho da grandeza perversa.

Tomás de Aquino diz que vontade é o princípio próprio do pecado, ou seja, a vontade move o agente (o homem) para o ato do pecado. Portanto, o pecado é um ato, e é um ato voluntário disparado pela vontade. Vontade esta movida pelo desejo a algo percebido externamente, que move a vontade humana interna a inclinar-se ao querer algo, e agir. Sendo, pois, a vontade humana a causa direta do ato de seu pecado (AQUINO, 2010. Quest.: 80, art.: 1).

Esta vontade que move o homem ao ato do pecado original é uma vontade oposta à de submissão a Deus. Esta segunda consiste numa vontade que se mantém na ordem da justiça original, em submissão a Deus por vontade, pois a essa vontade pertence o movimento de todas as outras partes da alma. E se a vontade submissa a Deus, na ordem da justiça original, se inclina ao ato pecaminoso, perde a ordem da justiça original. Com isso, o homem fica privado da ordem original em todas as outras partes da alma. Desordem esta chamada pelo nome de concupiscência (AQUINO, 2010. Quest.: 81, art.: 3).

No caso do pecado original, a má vontade é o que moveu o primeiro homem ao ato do pecado. Eva se encheu de soberba com a fala da serpente, quando disse a ela que se eles, o homem e a mulher, comessem da árvore proibida seriam como deuses. Nisto está presente a soberba, na má vontade de querer ser como Deus, na má vontade e no mau desejo de querer ocupar uma posição que é de seu Senhor, superior e criador, que é portador de poder e autoridade, por ser infinitamente sábio.

Observa-se o livro do Gênesis 3, 1-5 (BÍBLIA DE JERUSALÉM).

1 A serpente era o mais astuto de todos os animais dos campos, que Iahweh Deus tinha feito. Ela disse à mulher: "Então Deus disse: Vós não podeis comer de todas as árvores do jardim?" 2A mulher respondeu à serpente: "Nós podemos comer do fruto das árvores do jardim. 3Mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus disse: Dele não comereis, nele não tocareis, sob pena de morte." 4A serpente disse então à mulher: "Não, não morrereis! 5Mas Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, vossos olhos se abrirão e vós sereis como deuses, versados no bem e no mal".

Ao abandonar a humildade, de submissão e lealdade a Deus, enchendo-se de soberba e orgulho, nossos primeiros pais abandonam a obediência a Deus. Abandonaram, pois, a leal submissão a seu Senhor, que é o verdadeiro e supremo princípio. Foi por orgulho que se voltaram a si próprios e adotaram como princípio a soberba, desprezando a obediência a Deus.

A vaidade da conduta humana é o que corrompe o próprio homem, isso, ao passo de lançá-lo num vazio, em razão de antepor os bens mutáveis aos imutáveis. Preferindo, pois, antes as coisas passageiras às eternas, os vícios às virtudes divinas e a graça com que fora criado, à soberba⁸. Por fim, a si mesmo que a Deus.

Ainda em AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XIII, p. 1278 e 1279, lê-se que o homem quis:

Abandonar a Deus para ficar em si próprio, isto é, para em si próprio se comprazer, ainda não é o nada, mas é já aproximar-se do nada. Daí que os soberbos, segundo as Sagradas Escrituras, sejam chamados por outro nome — "os que em si se comprazem". De certo que é bom ter o coração ao alto, mas não para si próprio — o que é soberba —, mas para o Senhor — o que é próprio de uma obediência que só dos humildes pode ser. [...] uma piedosa humildade torna-nos submissos a quem está acima de nós — e nada está mais acima de nós do que Deus; a humildade que nos torna submissos a Deus exalta-nos, portanto. [...]. Tê-los-ia sido melhor se se conservassem unidos pela obediência ao verdadeiro e supremo princípio, em vez de se fazerem, por soberba, seu próprio princípio.

8 FILHO, 201, p. 60

A soberba é, portanto, a motivação para a transgressão. É a soberba que motiva a realização do ato do pecado original na história dos ascendentes da humanidade. Foi por encherem-se de soberba que pecaram nossos primeiros pais, ao transgredirem o preceito, por desobediência. Isso, preferindo a si por vaidade que a seu Senhor. Viveram, pois, escravos dos vícios das paixões desordenadas, por terem abandonado a ordem original com que foram criados.

Pior e mais condenável é a soberba, que até nos pecados manifestos procura a escapatória por uma justificação, ou seja, procura desculpas falsas. Foi assim que procederam os primeiros homens. A mulher, Eva, disse que a serpente a enganou e por isso é que ela comeu do fruto. O homem, Adão, diz que a mulher foi quem lhe deu de comer do fruto da árvore proibida (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XIV).

Observa-se que em momento algum se ouve um pedido de perdão, em momento algum se ouve uma solicitação de remédio. Tão orgulhosa foi esta soberba, que procuraram lançar sobre o outro o mal que fizeram. A mulher sobre a serpente e o homem sobre a mulher. Mas a justificação é antes uma acusação, quando é manifesta a violação do mandamento divino (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XIV).

Cheios de soberba, Adão e Eva comeram da árvore proibida, com a vontade e o desejo de serem como seu Deus, com a vontade e o desejo de versarem sobre o bem e mal, por aspirarem determinar certos valores. Uma posição como esta é de Deus, o Criador, pois é Ele que determina o que é bom ou mal à criatura.

No livro do Gênesis se Lê que: "A mulher viu que a árvore era boa ao apetite e formosa à vista, e que essa árvore era desejável para adquirir discernimento. Tomou-lhe do fruto e comeu. Deu-o também a seu marido, que com ela estava e ele comeu"⁹. Nisto, fica claro o desejo de adquirirem discernimento sobre a determinação de valor de bem e mal.

Deus criou o homem e a mulher livres, mas o livre arbítrio é a condição de determinação da realização ou não do ato. Já dizer se o ato é um bem ou um mal é a condição de determinação do valor da ação, não sendo essa segunda condição a que Deus deu ao homem e à mulher, pois essa cabe a Ele próprio. Foi por essa má vontade e por

⁹ BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Gn 3,6, p. 37.

esse mal desejo, motivados pela soberba, que pecaram Adão e Eva. Desobedecendo, assim, ao preceito por Deus estabelecido.

É por desobediência que pecam nossos primeiros pais. A sujeição a Deus, o Criador, não se reduz ao fato de não comerem do fruto proibido. Muito mais enfática é a obediência devida a Deus e ao seu preceito, seja o de não comer do fruto, como no relato do pecado original, seja qualquer outro preceito dado por Ele para ser observado.

Agostinho comenta em AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XII, p. 1275:

Se alguém, repito, ficar com isso impressionado, nem por isso se deve considerar como leve e pequena a falta, lá porque apenas foi cometida em questão de comida e que nem sequer era má e nociva a não ser por ser proibida. De fato, Deus não iria criar nem plantar em lugar de tão grande felicidade o que quer que fosse de mau. O que no preceito se recomendou foi a obediência — virtude que é como que a mãe e guardiã de todas as virtudes na criatura racional. A criatura racional foi criada de tal feição que lhe é útil estar sujeita à obediência e é-lhe prejudicial fazer a sua própria vontade e não a d'Aquele por quem foi criada.

O pecado original é, pois, a transgressão, a desobediência estritamente, de Adão e Eva para com Deus, cheios de soberba, num desejo de determinar eles próprios o valor de suas ações, se boas ou más. Abandonando, pois, o seu Deus e a humildade para com Ele.

A frase de Agostinho que diz: "o Diabo peca desde o começo"¹⁰, mostra como começou o pecado, pelo orgulho e pela soberba. Isso não significa que o pecado existiu desde o princípio da criação, mas que seu começo se deu pelo orgulho (AGOSTINHO, 2011. Livro XI; Cap. XV).

Quando Deus criou o homem, e a partir do homem a mulher, não criou também o pecado, não os fez em pecado nem para o pecado. Foram o orgulho e a soberba, semeados pelo diabo na alma dos nossos primeiros pais, que os conduziram ao pecado.

Por isso é dito que o Diabo peca desde o começo, não desde o começo da criação, mas desde que o orgulho e a soberba penetraram na alma dos homens, levando-os a cometer o pecado. Isso, por

10 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Jo 3,8, p. 1848.

agirem por si mesmos, por seus próprios desejos e vontades, e não em conformidade com seu Senhor, desobedecendo ao seu Senhor. Isso se sucedeu primeiramente em Adão e Eva no paraíso, caracterizando, assim, o ato do pecado original.

Quando o homem vive em conformidade consigo mesmo, isto é, com o homem e não com Deus, com certeza que vive em conformidade com a mentira. Não porque ele próprio seja a mentira, pois tem a Deus por autor e criador, e Deus não faz a mentira. Mas foi criado “reto”, para viver em conformidade com o seu autor e não em conformidade consigo mesmo, isto é, para fazer antes a d'Ele do que a sua própria vontade (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. IV, p. 1243-1246).

De fato, todo o pecado é uma mentira. Só se comete o pecado querendo que as coisas nos corram bem ou não querendo que as coisas nos corram mal. É, pois, mentira, quando fazemos algo para o nosso bem o que na verdade é para nós um mal (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. IV).

Nessa armadilha, cai o homem quando vive por si próprio e não segundo os preceitos de Deus. O Criador é quem sabe o que é verdadeiramente um bem para nós. Aos homens que não vivem em conformidade com Deus, mas que preferem caminhar em conformidade consigo mesmos, diz-se que vivem segundo a carne. Os que preferem viver segundo seu Deus, diz-se que vivem segundo o espírito, guiados por Deus.

No paraíso, o homem vivia no agrado de Deus, segundo Deus, num paraíso não só corporal, mas também espiritual. Pois, que, não havia um paraíso corporal para os bens do corpo, sem haver um espiritual para os bens do espírito. De igual modo, não havia um paraíso espiritual para gozo dos sentidos interiores, sem que houvesse um paraíso para gozo dos exteriores. Havia o paraíso para o gozo de um e de outro.

Mas o anjo soberbo — e por isso invejoso —, que a sua soberba afasta de Deus para virar para si próprio, preferindo, por uma espécie de ostentação própria dos “tiranos”, ter súbditos a ser ele mesmo súbdito, esse anjo fora afastado de um paraíso espiritual. [...] Com astúcia, má conselheira, procurou insinuar-se nos sentidos

do homem a quem invejava por se manter erguido, ao passo que ele tinha caído. Para isso, lá no Paraíso corporal onde, com os dois homens (varão e fêmea), viviam também os outros animais terrestres, dóceis e inofensivos, escolheu, para lhes falar, como ao seu desígnio convinha, a serpente — animal escorregadio que se move em sinuosas curvas. Submetendo-a com malícia espiritual, valendo-se da sua presença angélica e da superioridade da sua natureza, usou dela como de um instrumento para dirigir à mulher palavras falaciosas (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XI, p. 1273).

Portanto, como já enunciado anteriormente, a serpente, usada pelo anjo mau, astucioso e invejoso da retidão do homem, semeou a soberba na vontade, na alma da mulher, seduzindo-a a aspirar ser como seu Deus. Nisto estava o desejo de viver por si própria e não segundo os preceitos de seu Deus. O anjo mau usou, pois, da serpente, para atingir a retidão da mulher no paraíso, e esta, companheira do primeiro homem, o conduziu também ao pecado, não mais por sedução, mas por comunhão.

[...] para chegar a transgredir a Lei de Deus, o primeiro homem não foi arrastado pela sedução, acreditando na verdade das palavras de sua mulher: cedeu sim devido à afeição que tinha à sua única companheira [...] à sua mulher. Não foi em vão que o Apóstolo disse: E Adão não foi seduzido, mas a mulher foi seduzida. Ela tomou por verdadeiro o que a serpente lhe disse, mas ele não quis separar-se da sua única mulher nem mesmo na comunhão do pecado. Não foi por isso menos culpável — pois pecou com ciência e consciência. Foi por isso que o Apóstolo não disse "ele não pecou", mas sim "não foi seduzido". Confirma-o quando diz: Por um só homem entrou o pecado no mundo e, pouco depois, mais claramente ainda: Por uma transgressão semelhante à de Adão (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XI, p. 1273-1274).

Sabe-se que o texto original da Sagrada Escritura, no livro do Gênesis, fala da mulher ter sido seduzida, mas é sabido que homem e mulher são um só, unidos por laços de comunhão graças à benção de seu Deus. Sendo assim, o pecado é tanto da mulher seduzida pela serpente, como do homem que mantém a comunhão com a mulher. Neste caso, Adão não foi seduzido como foi Eva pela serpente, porém devido à comunhão que os une, não foi menor a sua culpa.

[...] Mas, não tendo a experiência da severidade divina, pôde enganar-se ao julgar que a sua falta era venial. Ele não foi seduzido como o fora sua mulher, mas enganou-se quanto ao modo por que seria julgado o que ia dizer: A mulher que me deste por companheira, essa mesma é que me deu e eu comi. Para quê mais? Não foram ambos enganados por terem acreditado, mas ambos foram apanhados e envolvidos nas armadilhas do Diabo (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XI, p. 1273-1274).

Quando questionado por Deus, Adão já se manifesta apanhado nas armadilhas do Diabo, não assumindo diante de Deus a sua culpa por desobediência. Culpou a mulher por um ato em que ele foi conivente por consciência, pois sabia que o preceito que Deus havia determinado estava sendo transgredido.

Nisto fica manifesto, ainda, o conhecimento do mal e do bem que adquiriram, por já perceberem o mal que haviam feito, a desobediência a seu Senhor, que os criou só para o bem. Não foi da vontade de Deus que o homem pecasse, este ato de pecado foi um mal penetrado na carne e na alma do homem, ou seja, no homem todo, motivado pela soberba.

[...] o homem menosprezando o preceito de Deus e, com esta experiência, aprendeu a diferença entre o bem e o mal, ou seja, o bem da obediência e o mal da desobediência, ou seja, da soberba e da obstinação, da inominável imitação de Deus e da liberdade nociva. Por essa razão, isso pôde acontecer na árvore que, por isso, recebeu o nome de conhecimento do bem e do mal (AGOSTINHO, Comentário ao Gênesis. 2005. Livro VIII. Cap. IX, p. 295-296).

Com efeito, o mal não seria percebido senão fosse experimentado, pois o mal só existe se o for praticado. Não existe natureza alguma que seja má, o que recebe este nome é a ausência de um bem, que neste caso do pecado original, foi a ausência da fidelidade e da lealdade ao preceito estabelecido, que se deu pelo mau uso do livre arbítrio.

Agora, não para dizer sobre as consequências do pecado original, pois a esse respeito será dito mais adiante. Mas para colocar em destaque que o ato do pecado original está fora do que muitos pensam, da realização do ato sexual, pois como foi tratado, o ato do pecado original é a própria desobediência ao preceito de Deus, ressalta-se o que Agostinho comenta da bênção sobre o casal.

Deve-se deixar a distância do nosso pensamento, que o ato do pecado esteja relacionado ao ato sexual, só pelo fato de que o homem e a mulher sentiram vergonha, tapando suas regiões pudentes após o pecado. Pois Deus, quando os colocou no paraíso, antes de existir o pecado, proferiu a seguinte bênção: “Crescei e multiplicai-vos e enchei a terra”¹¹ (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XXI).

Deus criou o homem e a mulher e lhes deu a bênção do matrimônio fecundo. Foi sob sua bênção que Adão e Eva viveram a ordem da procriação de todos os seus filhos e filhas. E ainda, a esse respeito, pode-se observar o que Agostinho diz em sua obra “A Graça I”:

Não há dúvida de que existia o casamento antes do pecado. Tendo isso em vista, como seu auxiliar o homem não recebeu outro homem, mas a mulher. E as palavras de Deus: Crescei e multiplicai-vos (Gn 1,28), não representam a predição de pecados culpáveis, mas a bênção de matrimônio fecundo (AGOSTINHO, 1998. Patrística 12, p. 306).

Portanto, o ato sexual dentro do matrimônio é abençoado por Deus. Mesmo que homem e mulher agora vivam sob as paixões libidinosas. Isso pode ser causa de confusão a respeito do entendimento sobre o pecado original, porque a perda do controle sobre a genitália com uma paixão libidínosa, em desordem, só se deu após o pecado.

Mas isso não quer dizer que este seja o fato caracterizado como o ato do pecado original. Até porque, como dito, o ato sexual foi uma ordem dada ao homem e à mulher, para a procriação, e ainda com as bênçãos de seu Senhor. Logo, fica claro que o ato sexual, para a procriação, estava na intenção do Criador desde o início, quando colocou o homem e a mulher no paraíso. Entretanto, depois do pecado, a paixão libidínosa causa confusão nos desejos do homem e da mulher.

É que, de fato, foi depois do pecado que esta paixão nasceu. Foi depois do pecado que a natureza — sem perder o pudor, mas perdendo o poder a que o corpo obedecia em todas as suas partes — a sentiu, lhe prestou atenção, dela se envergonhou e se tapou. Mas a bênção das núpcias para que os casados crescessem, se

11 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Gn 1,28, p. 35.

multiplicassem e enchessem a Terra foi [...] para que se ficasse a saber que a procriação dos filhos pertencia à glória do casamento e não ao castigo do pecado. Mas agora os homens, ignorando certamente a felicidade que existiu no Paraíso, julgam que só puderam gerar filhos mediante aquilo que agora experimentam, isto é, mediante a concupiscência (libido), de que, como notamos a própria honestidade do casamento se envergonha (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XXI, p. 1299).

É, portanto, um erro pensar que o ato do pecado esteja alocado no ato sexual, que se caracteriza por uma relação de comunhão entre o homem e a mulher, só pelo fato de suas partes pudentes não mais obedecerem à razão e por serem causa de vergonha se estiverem à vista.

Vergonha maior foi aquela que sentiram quando, por interrogatório de seu Senhor, perceberam que haviam transgredido o mandamento. O ato sexual, porém, mesmo o homem e a mulher vivendo sujeitos à concupiscência da carne, não tem motivo de ser vergonhoso se estiver sob a honestidade do casamento.

Outros são os tantos males que a natureza humana adquire pela primeira desobediência ao preceito de Deus. O homem, tentado pelo Diabo, deixou morrer em seu coração a confiança em seu Criador, quando desobedeceu ao seu mandamento. Foi nisto que constituiu o primeiro pecado do homem, como já bem enunciado, na desobediência, exclusivamente. Todo pecado, daí em diante, será uma desobediência a Deus, um afastamento de Deus, por não se deixar orientar por Ele, e uma falta de confiança em sua bondade (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 1999, nº 397).

Foi contrariando a vontade de Deus, de que vivessem na paz e na felicidade com que foram postos no paraíso, sob o efeito do amor de seu Criador, que nossos primeiros pais pecaram. Motivados pela soberba semeada pelo Diabo, quiseram ser como seu Senhor e não mais submissos por inteiro a Ele.

E quanto a isso, do homem viver segundo a si próprio, em que se compraz a si próprio e não em seu Deus e Senhor, pode-se observar em CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 1999, p. 113, nº398:

Neste pecado, o homem preferiu a si mesmo a Deus, e com isso menosprezou a Deus: optou por si mesmo contra

Deus, contrariando as exigências de seu estado de criatura e consequentemente de seu próprio bem. Constituído em um estado de santidade, o homem estava destinado a ser plenamente "divinizado" por Deus na glória. Pela sedução do Diabo, quis "ser como Deus", mas "sem Deus, e antepondo-se a Deus, e não segundo Deus".

Visto o mal que cometeram os primeiros homens, não há melhor maneira de revelar e com mais perfeição, quanto é o mal praticado, representado somente pela desobediência, em que o homem se torna escravo de si próprio.

Visto que tocou a árvore sobre a qual havia recebido uma proibição, desobedecendo a seu Criador, o homem adquiriu conhecimento do mal, por privação do bem que possuía. Assim, experimentou quão terrível é a privação do bem. Somente devido à desobediência, que é um tão grande mal.

Caso tivesse se mantido fiel, não tocando na árvore proibida, certamente não teria pecado. Estaria em conformidade com o preceito estabelecido, e se manteria sob o efeito do amor de Deus, na graça em que se encontravam, antes da desobediência, no paraíso. Graça esta perdida, quando o homem, motivado pela soberba, vivenciou o ato do pecado original, a desobediência a Deus.

No Antigo Testamento, a história da humanidade começa com uma série de pressupostos que explicam a origem e o desenvolvimento do mal. A vida do primeiro homem, aqui se trata do homem e da mulher, Adão e Eva, se iniciou num estado de harmonia com Deus, com a natureza e entre si mesmos. Como foi apresentado no item 1.1.

Entretanto, por causa do pecado, nossos primeiros pais não se mantiveram em tal harmonia. HILL comenta:

Ao comer o fruto proibido, esta harmonia fica destruída (Gn 3,7-24). A história primordial continua com mais transgressões dos mandamentos de Deus e o crescimento da desordem. Com esse fundo, a história [...] continua esta trajetória, mostrando a luta entre a vontade de Deus e o coração desobediente do ser humano. O conceito do pecado no AT não foca primeiramente a falta moral, mas a relação entre Deus e o homem. Embora uma das palavras para o pecado em hebraico, *chatah/hata*,

signifique errar o alvo, a mesma é usada para dizer pecar, especificamente no sentido de falhar diante de Deus. As duas outras palavras para pecado mostram claramente a concepção relacional. Em hebraico, *passa/pesa*, significa culpa, ofensa contra alguém, e, o mais importante, *awon*, com significado profundamente religioso, tem um campo semântico amplo, sendo utilizado para designar transgressão, pecado, culpa, punição. As consequências do pecado são várias e sempre destrutivas (HILL, 2014, p. 16 e 17).

Com isso, pode-se observar que a ruptura da relação com Deus é o primeiro efeito do pecado. Fundamentado pelo desprezo que o homem teve para com Deus, ao rejeitar se manter numa relação de submissão a seu Senhor.

Os ascendentes de toda humanidade, Adão e Eva, ao se afastarem de Deus por desobediência, afastaram-se, portanto, da relação de amizade¹² com o Criador. O pecado mesmo é que pune o homem. Pois foi o próprio homem que, pela má vontade e pelo orgulho, quis danificar essa boa relação que tinha para com Deus.

1.4. O mal como privação do bem

O fato de Deus ser a fonte da vida, o afastamento de sua presença é causa de morte. Sendo, pois, sempre um mal o afastamento de Deus. Tal consequência de morte causada pelo pecado será sempre um mal para a natureza humana pecadora. Disso, pode-se dizer que o mal perseguirá o homem na história, ou seja, durante a vida terrena.

Isso, não pela existência do mal na vida do homem, mas pela privação do bem no agir do homem. Bem este que a natureza humana viveria com plenitude se não houvesse pecado. Mas porque pecou, agora viverá sujeito à má vontade, ou seja, à privação do bem. Bem ao qual possuía em plenitude na amizade de Deus, que é o soberano bem.

Deus é, por definição e em virtude das provas que estabelecem sua existência, o soberano bem. [...] As criaturas, ao contrário, só existem por ele, mas não são

12 Amizade; com o sentido de proximidade, de relação harmônica e feliz pela ordem natural com que haviam sido criados.

dele. Se fossem dele, elas seriam idênticas a ele, ou seja, não mais seriam criaturas. [...] toda natureza consiste em três perfeições, toda natureza é boa por definição. [...] o mal pode ser a corrupção de uma das perfeições na natureza que as possui. A natureza má é aquela em que medida, forma ou ordem estão corrompidas, e ela é má somente na exata proporção do grau de sua corrupção. Não corrompida essa natureza seria toda ordem, forma e medida, quer dizer, boa; mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e é má apenas no tanto em que é corrompida. Essa relação do mal com o bem num sujeito é exprimida ao se dizer que o mal é uma privação. [...] Para que haja um mal, é necessário que haja uma privação; portanto, é necessário que haja uma coisa privada. Ora, enquanto tal, essa coisa é boa e somente privada é má (GILSON, 2010, p. 271 a 273).

Com isso, pode-se dizer que, o pecado, ou, o mal que existe no mundo, não existe por si mesmo, mas como uma privação do bem. Quando a natureza humana, em seus atos, se afasta da prática do bem, exercem, portanto, o mal, motivado pela má vontade.

A má vontade, no entanto, é uma vontade que, enquanto tal, é boa, mas a natureza humana, privada do bem que deveria ter em plenitude, adquire má vontade por privação do bem. Se tivesse se mantido junto àquele que é o Sumo Bem, não experimentaria a privação deste bem, ou seja, não experimentaria o mal.

Adão gozava, para perseverar no bem, uma graça tal e qual que gozamos para nos liberar do mal. Sem qualquer luta interior, sem tentações internas e sem perturbações, ele vivia em paz no lugar de sua beatitude. [...] o homem preferiu a si mesmo e, por isso, se desviou de Deus, essa queda deve ser considerada em razão de uma simples fraqueza do livre arbítrio (GILSON, 2010, p. 283 e 284).

É de se perguntar por que Deus, sendo o soberano bem, e tendo criado o homem sob o efeito de seu amor e para uma vida cuja as relações se dariam em perfeita harmonia, pôde deixá-lo à mercê do livre arbítrio, com a possibilidade de ter uma vontade capaz de fazer o mal.

Quanto a isso, pode-se dizer que toda liberdade implica um perigo. Mas essa liberdade dada ao homem por Deus pode ser usada em seu maior benefício, a beatitude. Em si a vontade livre não é um mal, nem é

um bem absoluto. Essa livre vontade é um bem mediano, cuja origem é boa. Entretanto, seu uso pode ser tanto para o mal quanto para o bem, segundo a maneira como o homem a usa (GILSON, 2010).

O homem possui, portanto, a livre escolha de se manter sob o efeito do amor de Deus, permanecendo firme na prática do bem, ou, cedendo às inclinações da má vontade, pode cair no mau uso de seu livre arbítrio. No primeiro sentido o homem estará fazendo bom uso de seu livre arbítrio, agradando a seu Senhor, e isso é um bem a si próprio. Já no segundo caso, estará usando-o mal, afastando-se assim de Deus, por livre vontade. Sendo assim, o primeiro é virtuoso e o segundo é escravo dos vícios.

Caracteriza-se, pois, como pecado, um ato que tende ao mal, pela privação do bem. Bem este que o homem encontra quando está na amizade de Deus. O pecado é, portanto, a ausência do amor de Deus em nossa vontade. Não é Deus quem abandona o homem, mas sim, o homem é quem abandona Deus, ao afastar-se de seu amor.

CAPÍTULO II

A NATUREZA HUMANA NO ESTADO DE VIDA PRESENTE, DEVIDO À TRANSGRESSÃO

2.1. A aplicação da pena

Uma vez transgredido com a proibição instituída por Deus, tocando na árvore proibida, ou seja, desobedecendo ao mandamento estabelecido por Deus, Adão e Eva receberam a aplicação da pena. Uma penalidade que também havia sido instituída por Deus, quando estabeleceu que se comessem da árvore proibida, morreriam por justa condenação. A morte é, portanto, a pena aplicada.

Deus não tinha criado os homens da mesma maneira que os anjos, isto é, incapazes de morrer mesmo que pecassem, mas, depois de terem cumprido o dever de obediência, deviam, sem passar pela morte, obter a imortalidade dos anjos e a sua eternidade bem-aventurada. Todavia, se desobedecessem, a morte seria o seu justo castigo (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. I, p. 1257).

Justo castigo este que Agostinho comenta, foi aplicado ao homem não porque Deus quis que fosse assim. Mas, por sua desobediência, o homem mereceu essa justa penalidade, que se deu imediatamente após a transgressão, ou seja, no momento em que nossos primeiros pais cometeram o ato do pecado original. Receberam instantaneamente a pena estabelecida para tal ato, percebida por eles primeiramente pela perda do comando sobre a genitália.

De acordo com o livro do Gênesis 3, 7-13, p. 37 (BÍBLIA DE JERUSALÉM).

7 Então abriram-se os olhos dos dois e perceberam que estavam nus; entrelaçaram folhas de figueira e se cingiram. 8 Eles ouviram o passo de Iahweh Deus que passeava no jardim à brisa do dia e o homem e sua mulher se esconderam da presença de Iahweh Deus,

entre as árvores do jardim. 9Iahweh Deus chamou o homem: "Onde estás?", disse ele. 10"Ouvi teu passo no jardim," respondeu o homem; "tive medo porque estou nu, e me escondi." 11Ele retomou: "E quem te fez saber que estavas nu? Comeste, então, da árvore que te proibi de comer!" 12O homem respondeu: "A mulher que puseste junto de mim me deu da árvore, e eu comi!" 13Iahweh Deus disse à mulher: "Que fizeste?" E a mulher respondeu: "A serpente me seduziu e eu comi."

Ao manifestar para Deus a vergonha por estarem nus, manifestam toda a vergonha e culpa pela desobediência ao mandamento de seu Criador. Neste momento, já manifestam, também, que agora possuem conhecimento do bem e do mal, pois tomam consciência que foi um mal aquele ato praticado. Ficaram, portanto, contaminados, devido à penalidade recebida juntamente com a transgressão.

"Se antes do pecado o homem levava uma vida cuja essência mesma era seu amor pacífico por Deus. Amando Deus sem esforços, o homem não cometia mal algum; não estava submetido a nenhum mal"¹³.

Agora, após o pecado, a natureza humana presente no primeiro homem, passa a assumir uma condição de vida desordenada e fora "da graça divina". Estando, pois, distante da intimidade e da amizade com Deus, perdendo ainda sua condição de justa e reta, a qual o homem possuía quando criado por Deus e posto no Paraíso.

Deus, o criador e legislador, criou o homem à sua imagem e semelhança, deu-lhe uma posição a presidir a todos os restantes seres animados. Colocou-o no Paraíso, cumulado de saúde e de todos os bens. Sem o ter sobrecarregado com muitos preceitos pesados ou difíceis, deu-lhe apenas um, tão simples e tão breve para guardar, o preceito de uma salutar obediência, pelo qual Ele lembrava à criatura que Ele é quem é o Senhor. A este preceito, Deus foi desprezado pelo homem (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XV).

A consequência da desobediência foi uma justa condenação. Essa condenação foi tão trágica que em vez do homem se tornar senhor de si próprio e adquirir a liberdade que desejava devido à sua soberba, entrou em discórdia consigo mesmo. Sofreu uma dura e miserável servidão às ordens daquele a quem, ao pecar, obedecera, o seu orgulho.

¹³ GILSON, 2010, p. 281.

O homem desertou da vida eterna e foi condenado à morte eterna. A não ser para aquele que por graça e misericórdia divina for libertado (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XV).

Tiveram, pois, o afastamento de seu Deus. Isso, por se afastarem de sua bondade e obediência, ou seja, tiveram a privação “da graça” com que Deus os tinha colocado no paraíso. Isso, como penalidade do ato do pecado original, tendo agora que conviver com as consequências recebidas devido a essa desobediência a Deus.

Receberam, pois, a penalidade estabelecida por Deus, caso desobedecessem ao preceito. Tal penalidade, como foi dito, de que: “é de morte que haveis de morrer”¹⁴. É sob o fardo desta morte que agora vive toda a humanidade, não porque Deus quis assim, mas porque o homem, por seu orgulho e soberba ao cometer o ato do pecado, rendeu a esta penalidade, se condenando a si próprio.

Se alguém considera excessiva ou injusta esta condenação, com certeza que não sabe apreciar quão grande fora a iniquidade ao pecar quando tão grande era a facilidade de não pecar. [...] E assim como a obediência do segundo Adão foi tanto mais admirável porque se fez obediente até a morte — assim a desobediência do primeiro Adão foi tanto mais detestável porque se fez desobediente até a morte (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XV, p. 1283-1284).

Não há porque pensar ser injusta uma condenação que se deu por um descumprimento da lei, da qual o primeiro homem conhecia a penalidade de morte, que haveria de sofrer por ser desobediente. Portanto, é justa a condenação do homem à morte, pois sendo Deus justo, não haveria por que não ser aplicada ao transgressor a justa condenação, ainda que posteriormente Deus lhe conceda a oportunidade do resgate pela graça.

Se Deus não aplicasse a pena, não estaria sendo justo com o próprio preceito estabelecido por Ele. É justo seguir o preceito da penalidade por efeito do descumprimento do mandamento pelo primeiro Adão. Pois, quanto ao segundo Adão, é de Jesus Cristo que Agostinho está falando. Este, que foi obediente até a morte de Cruz.

A condição em que o homem e a mulher se encontraram após a transgressão é uma condição fora do “estado de graça”, fora da ordem

14 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Gn 2,7, p. 34 - 35.

original. Portanto, fora da amizade e da intimidade com Deus, não estando mais a natureza humana justa e reta.

Ao perder a justeza e a retidão original, a natureza humana passa a ter sua alma morta. A alma da criatura racional está morta, quando esta criatura abandona a Deus. Estando, pois, privada do efeito do amor de Deus, por desobediência, afastando-se, pelo pecado, da retidão com que Deus o fez. Retidão aquela, na condição original, diferente desta condição em que vive o homem agora. Logo após a transgressão, a natureza humana começou a receber os fardos a serem carregados. É nessa condição que vive toda a humanidade, ou seja, todos os descendentes de Adão.

Observa-se o livro do Gênesis 3, 16-23, p. 38 (BÍBLIA DE JERUSALÉM).

16 À mulher ele disse: "Multiplicarei as dores de tuas gravidezes, na dor darás à luz filhos. Teu desejo te impelirá ao teu marido e ele te dominará." 17Ao homem, ele disse: "Porque escutaste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te proibira comer, maldito é o solo por causa de ti! Com sofrimentos dele te nutrirás todos os dias de tua vida. 18Ele produzirá para ti espinhos e fardos, e comerás a erva dos campos. 19Com o suor de teu rosto comerás teu pão até que retornes ao solo, pois dele foste tirado. Pois tu és pó e ao pó tornarás." 20O homem chamou sua mulher "Eva", por ser a mãe de todos os viventes. 21Iahweh Deus fez para o homem e sua mulher túnicas de pele, e os vestiu. 22Depois disse Iahweh Deus: "Se o homem já é como um de nós, versado no bem e no mal," que agora ele não estenda a mão e colha também da árvore da vida, e coma e viva para sempre!" 23E Iahweh Deus o expulsou do jardim de Éden para cultivar o solo de onde fora tirado.

É perceptível, neste trecho do livro do Gênesis, retirado da Sagrada Escritura, certa ira de Deus para com o homem e com a mulher. Isso, devido a eles terem desobedecido o seu preceito, desprezando uma natureza justa e reta por origem, preferindo viver por si próprios e não submissos a Ele, seu Deus e Criador, que os fez com uma natureza justa e reta para viver sem sofrimento nem desordens.

Adquirindo uma natureza desordenada, devido à pena recebida, o homem e a mulher passaram a viver não mais segundo o espírito

de Deus que habita em sua vida. Mas, passou a viver daí em diante segundo a sua própria carne, por terem preferido a si que a seu Senhor.

[...] em primeiro lugar, em que consiste viver segundo a carne e viver segundo o espírito. [...] examinemos com cuidado aquela passagem da Epístola que o apóstolo Paulo escreveu aos Gálatas onde diz: "Manifestas são as obras da carne que são: fornicções, impudicícia, luxúria, culto dos ídolos, envenenamentos, inimizades, [...] rivalidades, animosidades, intrigas, heresias, invejas, embriaguês, comezainas, e outras que tais. Digo-vos, como já disse — os que tais obras praticam não possuirão o Reino de Deus (Gal 19,22)". Toda esta passagem da epístola apostólica, considerada em quanto parece interessar à presente questão, poderia resolver o que se entende por "viver segundo a carne". Pode até acontecer que a idolatria ou a heresia constitua um motivo para nos abstermos dos prazeres do corpo. Mas mesmo então, embora parecendo conter e reprimir as suas paixões carnisais o homem é convencido por esta autoridade apostólica de que vive segundo a carne (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. II, p. 1235-1237).

Como apresentado por Agostinho, pode-se entender que viver segundo a carne é viver preso ou escravo dos prazeres do próprio corpo. Mas não só, pois a própria idolatria ou heresia mostra que o homem não está vivendo segundo o espírito, portanto vive segundo a carne.

E este modo de viver, segundo a carne, preso ao seu próprio corpo, impede a natureza do homem de viver, segundo o espírito de Deus que nele habita. Como já foi dito, a natureza humana recebeu fardos a serem carregados por toda a vida presente. Daí que estamos agora numa condição de natureza sobrecarregada pelo corpo corruptível.

Somos, pois, sobrecarregados pelo corpo corruptível e sabendo que a causa desta carga não é a natureza e a substância do corpo, mas a sua corrupção. [...] Agora, pois, o corpo corruptível entorpece a alma e a terrena casa de habitação acabrunha a mente ao peso de múltiplos pensamentos. Estão, por conseguinte, em erro todos os que pensam que todos os males da alma provêm do corpo (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. III, p. 1240-1241).

A corrupção do corpo que entorpece a alma veio depois do pecado, como pena, não é a causa de uma alma pecadora, mas sim o castigo do primeiro pecado. Que agora, existindo no homem, faz com que o corpo corruptível, por ação de uma alma soberba e orgulhosa, torne a própria alma conflituosa. Pois não foi a carne corruptível que tornou pecadora a alma, mas sim, foi a alma pecadora que tornou o corpo corruptível (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. III, p. 1241).

É dito que as inimizades, as emulações, as animosidades, as invejas são obras da carne, e ainda, de uma carne viciada. Mas, a origem e cabeça de todos estes males é a soberba, semeada pelo Diabo, que impera sem carne. Ele que é o maior inimigo dos santos e pai da mentira. Sem ter carne, o Diabo possui todos os vícios.

[...] este quis viver em conformidade consigo próprio quando se não manteve na verdade, de forma que, ao mentir, não falou da parte de Deus, mas de si, que não é apenas mentiroso, mas também pai da mentira. Foi o primeiro a mentir e, sendo o primeiro a pecar, foi o primeiro a mentir (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. III, p. 241).

Não é por ter carne que o homem sofre a aplicação de pena, recebendo tais vícios. O Diabo que semeou tais vícios não possui carne. A mentira presente na fala da serpente à mulher, de que o homem e a mulher seriam como deuses, motivou-os a querer viver em conformidade consigo próprio, isto é, conforme o homem que é carne e alma.

Dai, que o homem se tornou semelhante ao Diabo. Tendo agora que viver numa natureza viciada e sofrer os suplícios da morte, por ter recebido a devida aplicação da pena.

Portanto, uma justa condenação à morte, aos vícios do corpo e da alma, a uma desordenada paixão libidinosa, enfim, ao castigo da corruptibilidade é a pena aplicada por Deus ao homem por tê-lo desobedecido. Não foi Deus que abandonou o homem, mas o homem abandonou a lealdade a Deus, por isso o próprio homem é que se afastou de Deus. O próprio homem incutiu a si a pena.

O homem abandonou-se a si próprio, porque abandonou Deus e em si mesmo pôs as suas complacências. Recusando-se a obedecer seu Deus, não pôde a si próprio obedecer, por ter recebido uma justa aplicação de penalidade. Eis a sua mais evidente desgraça: o homem já

não vive como quer, comprazendo-se em si mesmo. Julgar-se-ia feliz se vivesse como queria, mas nem isso seria, se vivesse vergonhosamente, pois nas desordens internas com que vive agora já não lhe é possível a felicidade que deseja (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XXIV).

Mas se pensarmos bem, ninguém, a não ser o homem feliz, vive como quer. E ninguém é feliz a não ser o justo. Mas mesmo o justo não vive como quer, enquanto não chegar aonde não se possa morrer, nem errar, nem sofrer e lhe esteja assegurado que sempre assim será (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XXV, p. 1311).

Felicidade tal é a que o homem deseja, que as penas do pecado o impede de possuí-las nesta vida. Felicidade esta será aquela que por graça de Deus vier a receber o justo, que suporta os males de tal pena, buscando continuamente a justiça de seu Deus.

O justo será feliz na vida futura, onde receberá o prêmio da felicidade eterna. Isso, tendo já cumprido suas penas por causa do pecado, tanto os de sua natureza corrompida, quanto os pecados que se dão por consequência de tal natureza. Natureza esta, diferente daquela que possuíam os primeiros homens no paraíso.

O Paraíso onde estiveram os primeiros homens simboliza, sem dúvida, realidades espirituais, contanto que se salvguarde a verdade histórica acerca do lugar corporal. [...] De fato nada impede que se veja — no Paraíso: a vida dos bem-aventurados; — nos seus quatro rios: as virtudes da prudência, da fortaleza, da temperança e da justiça; — nas suas árvores: todas as ciências úteis; — nos frutos dessas árvores: os costumes dos homens piedosos; — na árvore da vida: a própria sabedoria, mãe de todos os bens; — na árvore da ciência do bem e do mal: a experiência do mandamento violado. Realmente, a pena que Deus infligiu aos pecadores é, efetivamente, boa por ser justa, mas não é para seu bem que o homem a experimenta (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XXI, p. 1209-1210).

Como bem observado, tanto quanto aqui se tem comentado, e se forem observadas por cada um em sua vida as experiências negativas que se dão por desordens do corpo e da alma, como penalidade recebida devido ao mandamento violado pelos primeiros homens, provavelmente será unânime a conclusão de que não é um bem para

a vida do homem viver sob tais desordens e tantos males. Pois o mal escraviza o homem em suas vontades.

Para o doutor de Hipona, o mal é o resultado da má conduta humana. O homem pratica de modo voluntário determinada ação. Se esta for má, será punida pela justiça. Deus não pratica o mal porque a ninguém se pune injustamente. [...] A maldade é a perversão da vontade desviada da substância suprema – de Vós, ó Deus – e tendendo para as coisas baixas [...]. O pensador cristão vê a maldade na vontade humana (FILHO, 2012, p. 60 e 61).

Observa-se que o bem que quis o homem, era, pois, o mal que não devia querer. Mas, por sua má conduta, por desobediência, agora vive escravo do mal que não quis, por isso vive agora inclinado ao mal. O homem possui em sua natureza corrompida a tendência para o mal, que só se encontra na privação do bem, como visto no capítulo primeiro.

Agostinho diz ainda, em sua obra “O Livre Arbítrio”, que lemos, na Sagrada Escritura, que o homem pretende agir bem e não consegue. “Não faço o bem que eu quero, mas pratico o mal que não quero”¹⁵. E mais: “A carne tem aspirações contrárias ao espírito e o espírito contrárias às da carne”¹⁶. De fato, tudo isso pertence aos homens, enquanto suas ações são derivadas da primitiva condenação à morte (AGOSTINHO, 1995. Patrística 8).

Fica evidente que Agostinho considera que as desordens com que o homem vive, adquiridas devido sua natureza corrompida, bem como sua tendência ao mal, não se deram porque em sua vontade o homem quis assim, mas porque, tendo praticado o ato do pecado, corrompeu sua natureza. Corrupção essa é a justa punição do ato.

Pois se não existisse aí uma punição dada ao homem, mas apenas uma consequência de sua natureza, não haveria nesse ato pecado algum. [...] Todavia, se o homem fosse bom, agiria de outra forma. Agora, porém, porque está nesse estado, ele não é bom nem possui o poder de se tornar bom. Seja porque não vê em que estado deve se colocar, seja porque, embora o vendo, não tem a força de se alçar a esse estado melhor, no qual sabe que teria o dever de se pôr. [...] essa justa penalidade é fruto da condenação do homem (AGOSTINHO, 1995. Patrística 8, p. 209).

15 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Rm 7,19, p. 1978

16 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Gl 5,17, p. 2037.

De fato, sua vontade era ser como seu Deus, mas não no que diz respeito ao amor e à bondade de Deus, e sim no que tange ao poder superior de Deus. Nisto está a soberba e o orgulho, que foi a ruína do homem quando Deus lhe infligiu a pena. Dada a justa condenação, o homem passou a viver sujeito ao mal, diferente em tudo do bem que quis, quando desejou, por si próprio, ocupar o lugar de seu Senhor.

Este bem, desejado pelo homem, passou a ser um mal, devido ao ato da desobediência. De fato, a desobediência é um mal, não quisto, mas praticado. Diante da transgressão do mandamento, ato praticado pelo homem, Deus, que é justo e bom, para fazer valer sua justiça, aplica a pena ao homem. Daí que a justa condenação à morte é infligida ao homem pela justiça de Deus.

2.2. A morte como pena

Mas de qual morte se trata aqui? Trata-se da morte da alma, a morte do corpo, a morte do homem todo e a morte eterna. Esta última é para aquele que não busca e nem aceita a volta ao “estado de graça”, no cumprimento das penas recebidas, e na fidelidade a seu Deus e Senhor.

Santo Agostinho comenta em seu livro “A Cidade de Deus” que a morte aqui tratada é esta: em (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XII, p. 1183).

Quando, portanto, se pergunta de que morte ameaçou Deus os primeiros homens se transgredissem a ordem recebida, recusando-se a obedecer — se a da alma, a do corpo, a do homem todo ou a chamada "segunda morte" — temos que responder: todas. [...] a "primeira" consta de duas — a da alma e do corpo, tendo lugar esta primeira morte de todo o homem quando a alma sem Deus e sem corpo padece as penas temporalmente; porém, na "segunda", a alma, separada de Deus mas unida ao corpo, sofre penas eternas. [...] esta ameaça abrangia não apenas a primeira parte da primeira morte — em que a alma é privada de Deus; nem apenas a segunda parte dessa morte — em que o corpo é separado da alma; nem a primeira morte, toda ela — em que é punida a alma ao mesmo tempo separada de Deus e do corpo; mas todas as mortes até à última — a "segunda" a que mais nenhuma se segue.

Esta segunda morte é aquela que todos devem evitar, pois esta é o sumo mal. É o limite do mal. É o mal pelo qual todas as coisas más são más. Portanto, um mal que deve ser evitado por levar a outros males, e este, é ainda, aquele pelo qual os demais atos maus devem ser evitados. Pois numa visão agostiniana, o sumo mal é esta segunda morte que todos devem evitar e buscar se livrar pela graça divina.

Numa perspectiva cristã e agostiniana, em vista da felicidade eterna, o sumo mal é o oposto à felicidade eterna. O sumo mal é, pois, nesta perspectiva, o inferno, ou o ingresso no inferno, daquele que morrer com sua alma não salva, ou seja, afastada de Deus. Esta seria aquela que Santo Agostinho chama de segunda morte, ou a morte eterna, que se dá com o ingresso no inferno para aquele que não se libertar.

Ainda no que se refere a quais ou qual morte Deus coloca como pena ao homem, devido à transgressão, Agostinho comenta em: (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XV, p. 1189 e 1190).

Por esta razão, apesar do que está escrito: "É de morte que haveis de morrer (Ge 2, 17)", como não está escrito "mortes" (no plural), pensamos apenas na morte que atinge a alma quando perde Deus, sua própria vida [...]. Todavia, mesmo que entendamos que Deus designou esta morte ao dizer: "No dia em que dele comerdes, é de morte que haveis de morrer (Ge 2,17)" como se tivesse dito "no dia em que me abandonardes por desobediência, eu vos abandonarei por justiça", — certamente que nesta morte eram também designadas as outras que, sem dúvida, viriam a seguir-se. De fato, neste movimento de desobediência, que surgiu na carne de uma alma, ela própria em desobediência, por causa da qual eles tiveram de esconder as regiões pudendas, experimentaram (Adão e Eva) apenas uma das mortes — a morte em que Deus abandona a alma. É a esta morte que Deus se refere quando diz ao homem que se esconde no seu louco pavor: "Adão, onde estás? (Ge 3, 9)" Mas quando o corpo, acabrunhado pela idade e consumido pela velhice, é abandonado pela alma, surge a experiência de uma outra morte, a propósito da qual Deus, ao punir o pecado, dizia ao homem: "Es terra e voltarás à terra (Ge 3, 19)". Com estas duas mortes se completava aquela primeira morte que é a do homem todo, à qual se seguirá, no final dos tempos, a segunda, se o homem não se libertar pela graça. De facto, o corpo, que é de terra, não voltará à terra se não morrer, isto é, se não for abandonado pela alma que é a sua vida.

Observa-se que não é apenas uma a morte com que Deus penalizou o homem, devido à sua desobediência. Uma vez que o mandamento foi violado, embora o predicado "morte" esteja no singular, dizendo que “é de morte que haveis de morrer”, são de fato abordadas de quatro maneiras esta morte. Pois uma é a morte da alma do homem, quando ele abandona a Deus, e as demais se seguem a esta primeira por consequência.

Dentre as quatro maneiras de se entender a morte como penalidade do ato do pecado, diz-se ser a primeira morte, numa primeira parte, aquela em que Deus abandona a alma. Não porque Deus quis assim, mas, porque o homem, por desobediência, afastando-se da graça de Deus, abandona a ordem natural que possuía, quando estava sob o efeito do amor de Deus. Isso é caracterizado como privação da graça de Deus.

Esse afastamento do efeito do amor de Deus, como uma privação da graça divina pode ser dito também como uma privação do bem. Visto que é um mal para o homem estar fora da amizade para com Deus. Nessa condição, o homem tem sua alma morta, mas estando ainda unida ao corpo, mantém o corpo animado, vivo.

E na segunda maneira de se entender tal penalidade, se segue a segunda parte da primeira morte. Quando o homem, afastado da natureza reta com que tinha sido criado, recebe como pena uma natureza a ser acobalhada pelo peso da velhice e da enfermidade, levando o corpo a morrer. Para isso acontecer, há a separação da alma do corpo, pois se a alma deixar o corpo, ele morrerá, pois a alma é o princípio vital do corpo, logo o corpo morre quando a alma o abandona.

Acontecido este evento na história da vida do homem, se culminará na segunda parte da primeira morte, que instantaneamente conduz o homem à terceira maneira de se entender tais mortes. Esta terceira é primeira morte completa, a morte do homem todo. Tendo já a alma, seja afastada ou próxima de Deus, abandonado o corpo, este não estará mais animado, o que culmina na morte do corpo. Tem-se, assim, portanto, a morte do homem todo.

Daí, pode ser que se seguirá aquela morte que todos devem evitar. A quarta maneira de se entender as penalidades da morte, que é a segunda morte. É aquela em que o corpo morre com sua alma afastada de Deus, ou seja, com sua alma já morta, e, assim, morrendo o homem todo,

afastado do amor de Deus, tem-se a segunda morte, o ingresso no inferno, a morte eterna.

A respeito dessas mortes, em suas quatro maneiras de ocorrência, observa-se de forma sintética o que diz Agostinho:

A alma morre quando Deus a abandona, assim como o corpo morre quando a alma o deixa. Por isso a morte da alma e do corpo, isto é, do homem todo, surge quando a alma, abandonada por Deus, abandona por sua vez o corpo. E que então nem ela vive já de Deus nem o corpo vive já da alma. A esta morte do homem todo segue-se a morte a que a palavra sagrada chama, com toda a sua autoridade, a segunda morte. É a esta que se refere o Salvador quando diz: Temei aquele que tem o poder de perder o corpo e a alma na geena (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. II, p. 1159).

É crucial, pois, uma observância do homem às leis de Deus. Isso, a fim de manter-se alinhado aos seus preceitos. Dessa maneira, o homem mantém sua alma viva e sob o efeito do amor e da bondade de Deus, e quando a alma abandonar o corpo, efetivando a primeira morte do corpo, evitando, assim, a segunda morte. Observância esta que deve ser para toda humanidade, pois todos os homens possuem uma única origem.

[...] todo o gênero humano que devia propagar-se pela mulher estava no primeiro homem quando essa união dos cônjuges recebeu a sentença divina da sua condenação. E aquilo em que se tornou o homem, não quando foi criado, mas quando pecou e foi castigado, transmitiu-o ele aos seus descendentes no que diz respeito à origem do pecado e da morte (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. III, p. 1162).

Seria um erro pensar que tal penalidade de mortes, como consequência do ato do pecado original, se aplica somente aos primeiros homens, que pecaram no paraíso. A justa condenação é, pois, para toda a natureza humana, pois o pecado é da natureza que se manifestou em Adão. Sendo assim, também a penalidade é aplicada a toda humanidade, como de fato acontece.

É uma realidade presente, que o homem teme a morte eterna, esta que Agostinho trata de segunda morte, ou seja, o ingresso no inferno. É bom que todos tenham receio e medo que sua alma esteja fora da graça

de Deus, quando esta abandonar o corpo, para que se evite que o homem todo, após a primeira morte, caia na segunda, que é terrível e eterna.

A morte que faz sofrer os moribundos e lhes tira a vida, para ninguém é boa. Mas é louvável suportá-la para se conseguir ou adquirir um bem, que é a vida eterna. Para aqueles que já estão mortos, não é absurdo dizer que ela é má para os maus, pois estes sofreram suas penas pelo afastamento de Deus, quando possuíam seu corpo vivo. É, porém, boa para os bons, pois as almas dos justos ficam no repouso até que revivam os seus corpos para a vida eterna e os dos maus para a eterna morte, também chamada segunda morte (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. VIII).

Aos que de fato fazem da pena da morte um bom uso, por suportá-la com paciência e acreditando, por isso, obediente, em seu Deus, após a morte do corpo aguardam a vida eterna. Adormecidos, ou seja, em repouso, aguardam a vida eterna, ou a felicidade eterna. Isso, tendo cumprido as penas da morte.

[...] De fato, até que revivam, com razão se diz que estão na morte, como se diz que se está no sono até que se acorde. Embora chamemos adormecidos aos que estão no sono, não podemos, porém, chamar moribundos aos que já estão mortos. [...] antes da ressurreição estão na morte, sem, todavia, lhes chamarmos moribundos. [...] a segunda morte, é mais temível que a primeira, é ela o pior de todos os males porque não consiste na separação da alma e do corpo, mas antes na união de ambos para a pena eterna. Aí, pelo contrário, os homens não estarão nem "antes" nem "depois" da morte, mas sempre na morte (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XI, p. 1180-1182).

Nisto, fica claro que os bons fazem bom uso das penas da morte. Para os maus, tal pena é um mal eterno, pois, aos bons, a morte é um bem, porque os conduz, após cumprimento das penas, à vida eterna.

Enquanto aos maus, pelo não cumprimento das leis, teme que a morte do corpo os conduza à morte eterna, que não tem fim, pois estarão sempre na morte, sofrendo um suplício eterno. Isso seria a pior desgraça para o homem.

É importante ressaltar que a morte do corpo não é imposta por uma lei da natureza, pois Deus não criou o homem para a morte. Entretanto,

ao homem, por descumprimento da lei, Deus o sujeitou à morte como justo castigo do pecado (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XV).

A morte como pena é, pois, um justo castigo. Este castigo deve ser entendido como penalidade de morte, como já bem enunciado, as mortes em suas quatro maneiras de manifestação. Entretanto, o homem pode se livrar da segunda morte, a morte eterna. Isso, para aquele que crê e que recebe como prêmio, por graça divina, não a morte, mas a vida eterna. A respeito da vida eterna, será aprofundado no capítulo quatro.

Porém, a primeira morte, em sua completude, é inevitável ao homem. Esta é a justa aplicação da morte como pena, devido à perda da justiça original, aquela que nossos primeiros pais possuíam antes da transgressão. Devido a isso, a natureza humana perdeu sua harmonia, estando agora sujeitos inevitavelmente à primeira morte. Foi por consequência do ato do pecado original que a morte entrou no mundo e na história da humanidade.

A harmonia na qual estavam, estabelecida graças à justiça original, está destruída; o domínio das faculdades espirituais da alma sobre o corpo é rompido; a união entre o homem e a mulher é submetida a tensões; suas relações serão marcadas pela cupidez e pela dominação. A harmonia com a criação está rompida: a criação visível tornou-se para o homem estranha e hostil. Por causa do homem, a criação está submetida "à servidão da corrupção". Finalmente, vai realizar-se a consequência explicitamente anunciada para o caso de desobediência: o homem "voltará ao pó do qual é formado". A morte entra na história da humanidade (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 1999, p. 113. N.º399-400).

É, portanto, devido à aplicação da penalidade de morte, aplicada aos ascendentes de toda a humanidade, devido sua desobediência, que a natureza humana recebe como pena a morte. E todas as mortes, sendo inevitável a primeira, e evitável a segunda, para aquele que crê e que por graça divina se libertar.

Devido à aplicação de tal pena, não porque Deus quis assim, mas porque o homem ao desobedecer-lhe fez valer sua justiça, é que a morte entrou na história da humanidade, que além de receber tal pena, possui agora uma natureza desordenada. Homens e mulheres têm,

agora, que conviver, intrinsecamente e extrinsecamente sob as tensões de uma natureza corrompida, conduzidos à morte. Tudo isso devido à sua desobediência a Deus, seu Criador e Senhor.

CAPÍTULO III

RELAÇÃO SOCIAL ANTROPOLÓGICA

3.1. A desobediência penal: a dupla desordem

A natureza humana, tendo sido penalizada devido à transgressão, passou por uma mudança na relação com o Criador. Antes do pecado, estava sob o efeito do amor e da amizade de Deus, mantinha-se alinhada e reta ao seu Senhor, e sob uma retidão original. Após o pecado, continua sob o efeito do amor e da amizade de Deus, porém, na dificuldade de se manter alinhada e reta a Ele. Isso, porque após o pecado, adquiriu desordens carnis e espirituais sob o olhar de Deus que é justo.

Por isso, o homem agora sente vergonha de Deus, porque sabe que está sob o olhar de Deus, e, não é Deus quem o acusa, mas sim sua própria consciência. Isso, porque, ao praticar o ato do pecado, passou a ter conhecimento do bem e do mal. Tal mudança na relação entre o homem e Deus se dá como consequência do ato do pecado original. Isso ocorre na natureza humana. Além, é claro, da relação conflituosa com que vive a família humana.

Como consequência do ato do pecado original, o homem e a mulher, Adão e Eva, perderam sua natureza humana ordenada. Adquiriram, por desobediência penal, uma dupla desordem interna, em que o corpo não mais obedece à alma e as paixões não mais obedecem à razão.

Essa desordem não é somente de Adão e Eva, é, porém, para toda a humanidade. Isso, por se tratar de uma desordem na natureza humana, pois o pecado é desta natureza, que se manifesta em Adão. "O mal, que tinha sido em Adão apenas um erro, propagando-se até nós, tornou-se o mal de uma natureza. Uma natureza viciada e viciosa a partir de então substitui uma natureza boa"¹⁷.

17 GILSON, 2010, p. 287.

Tendo a natureza humana adquirido tal penalidade, o corpo deixou de ser servidor integral da alma e a alma deixou de ser servidora integral de Deus. Estando, assim, a natureza humana desordenada, vivendo agora em uma constante guerra interna, numa luta constante entre o corpo e a alma e entre a paixão e a razão.

No que se refere a tal condição de desobediência penal, Agostinho comenta em (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XIII, p. 1185):

Logo após a transgressão do mandamento, a graça de Deus abandonou os nossos primeiros pais, que ficaram envergonhados da nudez dos seus corpos. Por isso cobriram com folhas de figueira — as primeiras, com certeza, que, na sua atrapalhão, encontraram — as regiões pudendas de que antes, embora fossem as mesmas, não se envergonhavam. Experimentavam então um novo impulso de desobediência da sua carne, como pena recíproca da sua desobediência. A carne começou então a conspirar contra o espírito e é nesta luta que nascemos, tirando da primeira falta um princípio de morte e transportando nos nossos membros e na nossa natureza viciada os assaltos ou a vitória da carne.

A conspiração da carne contra o espírito é percebida por Adão e Eva, na perda do comando sobre a genitália. Perceberam a atrapalhão com que se encontravam suas regiões pudentes, manifestas pelo desejo e pela vontade desordenada, em que a paixão não mais obedece à razão. E assim, sentiram vergonha por terem desobedecido a Deus. Desobediência esta que se deu motivada pela soberba e pelo orgulho, uma vez que possuíam o livre arbítrio.

É com razão que se sente vergonha principalmente desta paixão. E também com razão que se chamam “vergonhosas” as regiões ou órgãos que esta paixão excita [...]. Não é que a nudez lhes passasse despercebida — é que a nudez não era ainda vergonhosa; é que a paixão ainda não agitava os seus membros sem seu consentimento e a desobediência da carne de certo modo ainda não prestava testemunho contra a desobediência do homem para a rebater (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XVII, p. 1289).

Ressalta-se que a vergonha não é de ter perdido o comando sobre a genitália, mas sentem vergonha por terem desobedecido a Deus. O que se deu quando perceberam a desordem do comando sobre seus corpos,

percebendo que seu próprio corpo não mais obedece à razão e que a carne não mais obedece ao espírito. Nisso, perceberam que haviam perdido sua natureza original ordenada, justa e reta.

Essa perda do comando sobre a genitália, que se caracteriza como uma desordem interna, foi a primeira experiência da penalidade recebida, por consequência da realização do ato do pecado original, percebida pelo primeiro homem e pela primeira mulher.

Quanto a isso, observa-se o que diz Agostinho em seu livro "A Cidade de Deus" (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XV, p. 1284):

Enfim e para o dizer em poucas palavras — que pena foi imposta neste pecado à desobediência senão a desobediência? Realmente, que mais é a miséria do homem do que a desobediência dele próprio a ele próprio? Porque ele não quis o que podia, já não pode o que quer. [...] Na verdade, é contra vontade que muitas vezes o espírito se perturba, a carne dói, envelhece e morre. Sofremos tantas coisas que não seríamos forçados a sofrer se a nossa natureza obedecesse à nossa vontade de todas as formas e em todas as suas partes.

A partir do momento em que o homem e a mulher adquiriram desordens internas como desobediência penal, em que o próprio corpo não mais obedece ao espírito, a carne começou a conspirar contra o espírito e o espírito começou a conspirar contra a carne. E é nessa luta que nascemos e vivemos. Dizer que nascemos assim, é dizer que carregamos todos nós a herança da perda da natureza humana ordenada, herdada de Adão e Eva, os ascendentes de toda a humanidade.

Devido a tal herança, de uma natureza humana desordenada, que vive em desobediência consigo mesmo, é que o homem sofre na carne e no espírito as perturbações causadas pela dupla desordem. Que é guerra entre os desejos da paixão (libido) e a razão e a guerra entre o corpo e a alma. É nesta desobediência que a vontade do homem, muitas vezes, o leva a querer o que não deve e a dever o que não quer.

Há, no entanto, homens que querem realizar as obras da justiça que estão sob os preceitos da lei de Deus, mas são vencidos pelo desejo da carne, à qual, obedecendo, abandonam a submissão à lei de Deus (AGOSTINHO, 2009. Patrística 25). Mesmo querendo ser bom,

muitas vezes o homem se priva do bem, caindo consequentemente na prática do mal.

É de tal maneira desobediente a vontade do homem, que embora haja desejos (libido) de muitas coisas, todavia, quando se fala de libido, sem se acrescentar de que coisa é “desejo”, pensa-se quase sempre na excitação da genitália do corpo. Este desejo agita o homem todo, unindo e misturando as paixões da alma e as apetências carnis para a maior de todas entre os prazeres do corpo, a volúpia. Tão grande é a desordem interna, em que se encontra a volúpia, ligada aos desejos e aos prazeres que nem mesmo os que se entregam a esta volúpia se sentem excitados, quando querem, quer na união conjugal quer nas impurezas da devassidão (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XVI).

Pois, há casos, em que homem quer, deseja e excita-se. Porém, há casos em que o homem quer, deseja e não se excita. E há casos ainda, em que o homem não quer, não deseja e não se excita. Isso para demonstrar a desobediência que há entre corpo e alma, paixão e razão.

Às vezes esta emoção é inoportuna, surge sem ser solicitada; outras vezes abandona o que arde em desejo: a alma arde em desejo e o corpo fica gelado. [...] E embora, na maior parte das vezes, se oponha ao espírito que a refreia, vezes há em que se divide contra si própria agitando a alma sem agitar o corpo (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XVI, p. 1288).

É de se observar que nem sempre o corpo obedece à paixão, assim como também nem sempre o corpo se move por obediência à vontade e ao desejo daquilo que quer. Dessa maneira, fica o homem escravo dessa desordem interna, em que muitas vezes a paixão é agitada pela alma ou pela emoção, sem que o corpo se mova.

Seria um erro tratar das desordens internas com que a natureza humana convive, somente no que se manifesta às desordens ligadas à desobediência sobre a genitália do homem e da mulher, embora esta desordem seja a maior causa de vergonha. Por causa destas desordens, o homem, em seu todo, sofre agitações e contradições. Quanto a isso, Agostinho comenta em: (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. XIX, p. 1295-1296).

[...] a ira e a voluptuosidade (libido) são as partes viciosas da alma pois se lançam em agitada desordem mesmo para atos que a sabedoria não permite que se

realizem — e por isso precisam de ser dirigidas pela mente e pela razão. [...] Efetivamente, aquele que, irado, grita ou fere, não poderia fazê-lo se a língua ou a mão se não movesse sob o impulso da vontade que, de certo modo, comanda. Esses órgãos, mesmo fora da ira, são movidos pela vontade. Pelo contrário a volúpia (libido) mantém tão submetidas ao seu império as partes genitais do corpo que estas só sob a sua ação é que se podem mover, quer a excitem quer ela surja espontaneamente. É isto o que causa vergonha; e isto que, corando perante os olhares dos espectadores, se procura evitar. O homem suporta mais facilmente uma multidão de espectadores, quando injustificadamente se irrita contra o homem, do que o olhar de um só quando mesmo licitamente se une a sua mulher.

As desordens da natureza humana como a ira, seja em atos ou palavras, manifestam-se sob o impulso da vontade e são dirigidas pela mente e pela razão, mesmo que se manifestem contrárias à sabedoria do homem. Diferentemente é a volúpia, que possui submetida somente a si, os órgãos genitais do homem e da mulher. Por isso se sente mais vergonha das desordens vindas desses órgãos, pois os movimentos destes não estão sob o comando da razão humana.

Portanto, a desobediência penal, tratada em sua dupla desordem, manifesta-se na natureza humana, uma quando o corpo não obedece à alma, passando o corpo a conspirar contra o espírito, e outra quando a paixão não obedece à razão, causa de vergonha para os homens e de perturbações em suas vontades.

Essas duas desordens fazem os homens quererem o que não devem e dever o que não querem, pois quando eram justos e retos queriam somente o que podiam. Agora, pela desobediência penal, já não querem o que podem e não podem o que querem, e é nesta desordem que vive todo homem.

Por causa de tais desordens, a vontade humana faz surgir dois tipos de homens. "Primeiro, os de boa vontade, que buscam os bens eternos e imutáveis e se tornam felizes. Segundo, os de má vontade, que buscam os bens passageiros, como honras, riquezas, prazeres e beleza ao corpo, estes se tornam infelizes, porque embora busquem a felicidade nunca irão se satisfazer, pois vivem escravos das paixões"¹⁸. Essa má vontade

18 FILHO, 2012, p. 71.

está presente na vida de toda criatura humana, mesmo que somente em alguns poucos momentos da vida.

Por livre vontade o homem desprezou os bens eternos, adquirindo privação do bem. Agora, por consequência dessa privação, tende ao mal, que é causa de pecado. Não há nenhum homem que escape dessa inclinação ao mal, pois foi a natureza humana, no mau uso da liberdade, que se corrompeu, e agora vive escrava da tentação da má vontade.

A livre vontade humana é também causa do pecado. Esta é capaz de saber onde está o bem e onde está o mal, pois adquiriu este conhecimento. A vontade, portanto, tem poder de gerar o mal, isto é, o pecado. Isso, no agir livre. Deus deu ao homem a liberdade, para que este se orientasse a Ele, pelo amor ao bem. Assim Deus o criou. Mas a causa do mal é radicada na má vontade que, livre para escolher, em vez de escolher o bem, escolhe o mal, afastando-se, assim, de Deus, o Sumo Bem (MATTOS, 2013).

Nesse mau uso da liberdade, o homem, inclinando-se à má vontade, despreza o Sumo Bem, desprezando, portanto, a boa vontade. Essa má vontade é fruto das desordens internas, que, pelos vícios das paixões, sejam carnisais ou espirituais, tendem também à má vontade. Assim, a liberdade humana é também marcada, ontologicamente, pela possibilidade de pecar.

O próprio Agostinho, em sua obra "Confissões", faz relatos dos conflitos e das paixões desordenadas com que vivia. "Nada conseguiu impedir que eu me afogasse no abismo dos prazeres carnisais"¹⁹. "É pela saúde que como e bebo, mas acrescenta-se a isso o perigo do prazer, que na maioria das vezes procura tomar a dianteira, e, assim, o que digo querer fazer pela saúde, acabo fazendo pelo prazer"²⁰. "Combato todos os dias contra a concupiscência do comer e do beber"²¹. "Ninguém deve se sentir seguro nesta vida, pois toda ela se chama tentação"²².

Ao assumir viver em constantes desordens, Agostinho não só elabora um tratado sobre a vida da humanidade diante das consequências do pecado original, como também conta a própria experiência da

19 AGOSTINHO, 1997. Confissões. Patrística 10, p. 168

20 AGOSTINHO, 1997. Confissões. Patrística 10, p. 303.

21 AGOSTINHO, 1997. Confissões. Patrística 10, p. 306.

22 AGOSTINHO, 1997. Confissões. Patrística 10, p. 307.

concupiscência da carne. Isso, porque se confessa filho de Adão e portador de toda antropologia humana corrompida. Natureza esta que o levou a explicar a causa da corrupção, bem como suas consequências.

3.2. A herança do pecado à humanidade pelo vínculo de parentesco

O vínculo de parentesco determina a herança que todos os homens recebem de Adão, tendo-o como único ascendente. Herança esta que é a de uma natureza humana desordenada, além do conhecimento vivencial do bem e do mal, manifestado em Adão como consequência do ato do pecado original e transmitido a toda humanidade pelo vínculo de parentesco.

Deus criou o homem único e só, para pôr em relevo a seus olhos o vínculo de unidade e concórdia que esta sociedade deve manter, estando os homens ligados entre si pela identidade de natureza e pelos vínculos afetivos de parentesco. Até a mulher, Eva, Deus a criou a partir de Adão, para que toda a espécie humana se propagasse a partir de uma só carne, de um só homem (AGOSTINHO, 2011. Livro XII; Cap. XXII).

O pecado original, pois, não é só de Adão, mas da natureza humana, que se dá em Adão, nosso único ascendente. O pecado é da natureza em Adão, manifestado pela transgressão do mandamento, pela desobediência à ordem de Deus, realizada por nossos ascendentes, Adão e Eva, motivados pela soberba e pelo orgulho.

A esse respeito Agostinho trata em (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XIV, p. 1284):

Deus, autor das naturezas e não dos vícios, criou o homem reto, mas este, espontaneamente pervertido e justamente castigado, gerou pervertidos e castigados. É que todos estivemos naquele homem único quando todos fomos aquele homem único que foi arrastado ao pecado pela mulher que dele fora feita antes do pecado. Ainda não tinha sido criada nem distribuída a cada um de nós a forma na qual cada um de nós devia viver individualmente, mas já existia a natureza seminal de que havíamos de nascer.

Desta natureza corrompida pelo pecado, aprisionada nas cadeias da morte por um justo castigo é que nasce toda humanidade. Não haveria como, a partir de um homem com a natureza corrompida, nascer um homem em condição diferente. Portanto, estando a natureza humana corrompida, em Adão e Eva, por consequência do ato do pecado original, não seria possível que seus filhos, de geração em geração, tivessem uma natureza que não fosse essa mesma, corrompida.

A natureza do homem foi criada no princípio sem culpa e sem nenhum vício. Mas a atual natureza, com a qual todos vêm ao mundo, sendo descendentes de Adão, tem agora necessidade de médico, devido ao fato de não gozar de saúde. Há, pois, o vício, que cobre de trevas e enfraquece os bens naturais. Sua fonte é o pecado original, que foi cometido por livre vontade do homem. Por isso, a natureza sujeita ao castigo atrai com justiça a condenação que vivemos agora, por sermos todos descendentes de Adão (AGOSTINHO, 1998. Patrística 12).

Foi pelo mau uso do livre arbítrio que passou a existir na natureza humana uma série de calamidades, que por um encadeamento de desgraças, conduziu o gênero humano, pervertido e castigado desde a origem e como que corrompido na raiz, até o flagelo da segunda morte que não tem fim. À exceção apenas daqueles que, pela graça divina, se libertarem. Esta segunda morte, o ingresso no inferno, todos devem evitar, pois é eterno seu flagelo (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XIV).

Há uma guerra interna em todos os homens. A paixão não mais obedece à razão e o corpo não mais obedece à alma. Nessa luta, o espírito conspira constantemente contra o corpo e o corpo conspira constantemente contra o espírito. Essa é a herança, ou a “mancha” do pecado original que toda humanidade carrega. Pois todos nós já nascemos com esta herança, uma vez que somos todos descendentes de Adão e Eva.

São, pois, todos os homens, descendentes de um mesmo ascendente. Mesmo estando a humanidade dentre tantos e tão grandes povos espalhados por todo o mundo, apesar da diversidade dos usos e dos costumes, do modo de viva, numa imensa variedade de línguas, armas e vestuário, não se encontram senão dois tipos de sociedades humanas. Que podem ser tratados por viverem apenas em duas cidades: uma, a dos homens que querem viver segundo a carne, que se comprazem a si próprios e desprezam seu Senhor. Outra, a dos homens que

pretendem seguir o espírito, e assim, se comprazem no seu Senhor (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap.I).

Toda a humanidade, apesar de tanta diferença, possui uma mesma natureza herdada dos primeiros homens. Natureza esta corrompida por justo castigo aplicado à natureza humana em Adão. Natureza esta corrompida, que é causa dos homens se diferenciarem até no modo de vida, inclusive na opção de vida em uma das duas cidades, uns preferindo a si próprios e outros preferindo viver segundo seu Deus.

Sabemos que o primeiro homem, ao cometer o pecado, perde a vitalidade de sua relação com Deus. Essa vitalidade é a graça natural, aquela que ele possuía antes de cometer o pecado. A perda da graça causa na natureza uma desordem e uma desorientação no desejo, concupiscência. A partir daí o homem é um ser ferido que, mesmo sendo curado, permanecerá com sua cicatriz. Eis a consequência do pecado: somos todos pecadores e, mesmos justificados, inclinamo-nos ao pecado. Ficamos sujeitos ao amor do mundo e distanciamo-nos do amor de Deus. Sendo assim, Agostinho considera que a concupiscência é um estado de desordem interior, de incapacidade de fazer o bem de maneira contínua. Isso levará o homem a cometer vários outros pecados (SILVA, 2009, p. 86).

É, pois, fruto dessa descendência, toda a desordem com que os homens vivem, após nossos primeiros pais cometerem o ato do pecado original, tendo recebido o justo castigo. Sendo expulsos do paraíso, geraram seus filhos, frutos de sua natureza, que são inclusive gerados através de uma natureza libidinosa desordenada, a qual o homem e a mulher carregam consigo para gerarem novos filhos.

Quanto a isso Agostinho comenta em: (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap.XXI, p. 1300).

[...] os frutos carnis não poderiam nascer, como agora também não podem, sem a volúpia (libido) que apareceu depois do pecado. [...] Efetivamente foi depois de terem sido expulsos de lá que os primeiros homens se uniram para gerarem filhos e os criarem.

Vale ressaltar que a geração dos filhos de Adão e Eva, através da fecundação pelo ato sexual, não é uma desobediência a Deus, pois ao

gerarem filhos, estão obedecendo a um mandamento de seu Deus, como já enunciado anteriormente.

Desordenadas e desobedientes à razão são as paixões e os impulsos carnavais com que sofrem pelo justo castigo. Foram, pois, criados com corpos de sexo diferente, para que, gerando filhos, crescessem, se multiplicassem e enchessem a terra. Negar que isso foi da vontade de Deus seria um grande absurdo.

[...] certo que eles foram instituídos "homem e mulher" desde o princípio, como vemos e reconhecemos agora os homens em dois sexos diferenciados. E quando se diz que são um só, isso se diz por causa da sua união ou então por causa da origem da mulher criada do "lado" do "homem". Por isto o Apóstolo, devido a este primeiro exemplo que o próprio Deus propôs, exorta cada um em particular a que os varões amem as suas esposas (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap.XXII, p. 1301-1302).

Sabe-se que todos os homens são gerados pela união de duas criaturas humanas de sexo diferente. No caso dos primeiros homens, Adão e Eva, homem e mulher, é sabido, que até mesmo Eva, a mulher, é descendente de um único homem, Adão. A mulher, Eva, foi feita da carne de Adão, porque Deus quis assim. Como apresentado no capítulo primeiro, a mulher foi tirada da costela de Adão. Portanto, feita a partir de Adão.

O pecado original, para Agostinho, é o pecado de Adão, em quem todos pecaram. Ele usa Rm 5,12, que na versão Latina dizia, "in quo omnes peccaverunt", para justificar a afirmação que todos estão implicados no pecado de Adão. Por isso, ele argumenta que o pecado original é transmitido a todos por geração e não por imitação. [...] A concupiscência, como lei do pecado e corrupção da natureza, especialmente nos membros e no corpo, é uma consequência do pecado de Adão, sendo transmitida por geração. [...] Portanto, para Agostinho, o ser humano herda três coisas do pecado de Adão: a culpa (porque todos pecaram nele); a concupiscência (como a corrupção da natureza); e a morte (porque a graça foi perdida) (HILL, 2014, p. 29).

Com isso, pode-se dizer que toda a humanidade tem por ascendente um único e só homem. E ainda, que por um único homem é que todos os outros homens estão ligados, pelo vínculo de parentesco, numa única natureza, desordenada.

Tal desordem se dá devido à geração de toda humanidade a partir de um único homem, Adão, de natureza corrompida. Essa corrupção, presente na concupiscência da carne e na morte do corpo, vem por herança, a todos os filhos gerados no decorrer da história da humanidade, depois do pecado dos nossos primeiros pais.

O fato de Eva ter sido seduzida pela serpente, descumprindo o mandamento, adquirindo culpa e castigo, culpa e castiga da mesma maneira Adão. Isso por causa da comunhão com que foram colocados no paraíso, abençoados por Deus na união conjugal para a geração de seus filhos.

Esclarecendo ainda mais como o pecado de Adão foi transmitido a toda humanidade, observa-se o que é dito em (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 1999, p. 115. N°404):

De que maneira o pecado de Adão se tornou o pecado de todos os seus descendentes? O gênero humano inteiro é, em Adão, [...] como um só corpo de um único homem. Em virtude desta unidade do gênero humano, todos os homens estão implicados no pecado de Adão, do mesmo modo que todos estão implicados na justificação de Cristo. [...] sabemos, pela Revelação, que Adão tinha recebido a santidade e a justiça originais, não só para si, mas para toda a natureza humana; consentindo na tentação, Adão e Eva cometeram um pecado pessoal, mas este pecado afeta a natureza humana que eles vão transmitir num estado decaído. [...] E é por isso que o pecado original se chama pecado por analogia: é um pecado contraído e não cometido; um estado e não um ato.

A mancha do pecado original, como costuma ser dita, é, pois, um pecado que vai ser transmitido a toda a humanidade por propagação. Contraído por descendência. Não cometido pelos descendentes. Daí se entende que são passados de pais para filhos, como sempre foi, desde Adão e Eva, pela transmissão duma natureza humana desordenada, privada da retidão original, com que foram criados por Deus, que possuíam antes da transgressão.

Agostinho considera Adão como o grande gerador, do qual recebemos a natureza humana. Com essa natureza recebemos não só a própria natureza, mas o pecado cometido por ele. Esse pecado é transmitido devido à

geração natural, e o que permite a transmissão desse pecado é a existência de uma das consequências do próprio pecado: a concupiscência (SILVA, 2009, p. 85 e 86).

Na própria concupiscência da carne, movidos pelo desejo e pela paixão, homem e mulher se unem para gerar filhos. Não que essa união para geração seja ilícita, pois Deus os criou para gerarem filhos através dessa união. Mas, o que se quer ressaltar aqui é que dentro dessa união conjugal, abençoada, há uma das consequências do pecado original, que é a paixão libidinosa.

Os pais, que possuem uma natureza humana desordenada, que Adão contraiu por justa condenação, devido à aplicação da pena por causa da transgressão, geram filhos que herdaram essa mesma natureza desordenada. Por isso é dito que todos os homens nascem herdando uma natureza corrompida, não que Deus a tenha criado assim, mas o próprio homem a corrompeu com o pecado.

CAPÍTULO IV

O RESGATE, QUE É OFERECIDO PARA TODA A HUMANIDADE

4.1. O renascimento da alma através do batismo

Todos os homens nascem herdando a mancha do pecado original, ou seja, com sua natureza desordenada. Isso significa dizer que todos os homens nascem fora do estado de graça, afastados da retidão e da ordem original para com Deus.

A graça de Deus que se manifesta através da administração dos sacramentos, pelo batismo, é que pode conduzir o homem de volta ao estado de graça. Mesmo vivendo sob as desordens da vida terrena, é possível ao homem manter-se fiel a seu Deus, em vista da vida futura que se dá pela regeneração final, na ressurreição dos corpos naturais em corpos espirituais.

Somente a graça de Cristo no batismo pode tirar a culpa e levar para a vida eterna. A concupiscência permanece na natureza depois do batismo, mas com a renovação da pessoa na vida da graça, pouco a pouco será transformada até a regeneração final da ressurreição (HILL, 2014, p. 29).

A regeneração final, a da ressurreição do corpo em corpo espiritual é a segunda regeneração, que será o ingresso no céu. Entretanto, é necessário antes a primeira regeneração, a que se dá segundo a fé, através do batismo na vida presente.

"Os que tiverem feito o bem avançarão para uma ressurreição de vida"²³; estes são os que viverão; "os que

23 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. JO 5,29, p. 1854 e 1855.

tiverem feito o mal avançarão para uma ressurreição de juízo"²⁴, estes são os que não viverão porque morrerão da segunda morte. [...] há duas regenerações, [...] uma, segundo a fé, que agora se realiza pelo batismo, e a outra, segundo a carne, que se realizará na incorruptibilidade e na imortalidade pelo grande e último juízo (AGOSTINHO, 2011. Livro XX; Cap. VI, p. 1997).

Por isso, deve o homem passar pelo renascimento da alma, que é a primeira regeneração. Esta se caracteriza pela volta ao estado de graça, condição de intimidade e retidão para com Deus. No sentido cristão católico, isso se dá pelo batismo, como dito. Dessa maneira, o homem tem a possibilidade de se livrar da morte eterna, tendo na vida presente seu Deus como guia e legislador. E com isso, manter sua alma sempre viva.

Observa-se o que Agostinho comenta em (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. I, p. 1233):

Tão grande foi o pecado por eles cometido que a natureza humana ficou deteriorada e com ela se transmitiu aos descendentes a sujeição do pecado e a necessidade da morte. Todavia, o reino da morte dominou de tal forma os homens que um merecido castigo a todos precipitaria na segunda morte, que não tem fim, se uma graça de Deus, não merecida, disso não libertasse um certo número.

Para que se liberte da segunda morte e participe do número dos libertos quando chegar a hora da ressurreição final, o homem deve buscar viver segundo os ensinamentos de Deus aqui nesta vida, sob a graça do batismo. Isso, mantendo-se na intimidade, na amizade, na retidão com Deus e sob o efeito de seu amor.

Tal acontecimento, o renascimento da alma, se dá na história, na vida presente. Isso é o que dá sentido sagrado à vida do homem na história, tornando-o já aqui e agora, e ainda não participante da felicidade eterna. Tal felicidade só é possível através da fé e da esperança, que dá possibilidade ao homem de manter-se fiel ao seu Deus na vida presente.

A felicidade já começa aqui, para aquele que espera sua totalidade fortalecido pela fé. A completa, não se dá aqui. Mas a alcançará o fiel que busca os bens eternos e renega as obras do mal na tentação diária da natureza desordenada.

24 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. JO 5,29, p. 1854 e 1855.

Os sacramentos da Igreja indicam claramente que as crianças são libertadas da escravidão do diabo pela graça de Cristo. Além de serem batizadas para a remissão dos pecados, são antes exorcizadas, e o poder diabólico é expulso pelo sopro ritual. Pois pelas palavras de quem as leva à pia batismal, geralmente os pais, respondem que renunciam ao demônio (AGOSTINHO, 1998. Patrística 12).

É pelo batismo que o homem passa a viver sob a graça divina, sob o efeito do amor de Deus. Não por merecimento, pois o justo castigo é o merecimento da desobediência de seu único ascendente, ao qual todo homem é descendente. Mas pela infinita bondade de nosso Deus e Senhor, o homem batizado recebe o resgate de sua alma, a graça de Deus, sendo conduzido por Deus à libertação do castigo da morte eterna.

A esse respeito e apontando o que diz o apóstolo Paulo, Agostinho trata em (AGOSTINHO, 2011. Livro XIX; Cap. IV, p. 1889):

[...] aos que vivem em conformidade com a verdadeira piedade e de quem as virtudes, que porventura tenham, verdadeiras virtudes são, diz: "Somos salvos na esperança. Mas ver o que se espera não é esperança; porque o que se vê, para que esperá-lo? Mas, se não vemos o que esperamos, aguardamo-lo mercê da paciência (Rom. 24, 25)". Portanto, assim como somos salvos na esperança, assim também na esperança somos bem-aventurados; e, tal como a beatitude, assim também a salvação não a possuímos como presente, mas aguardamo-la como futura, e isso graças à paciência.

A paciência é, pois, uma virtude de quem tem fé e que é capaz de suportar com coragem os males da vida temporal na história. A fé é o acesso a Deus, concedido pelo próprio Deus por sua graça, como a graça de ter paz e paciência sem o contemplar ainda face a face.

E a esperança, ou seja, espera porque ainda não o contempla face a face, pois quando isso acontecer não há mais o porquê de esperar, é a espera da salvação do corpo. Uma vez que já possui sua alma salva, resgatada pelo batismo, o corpo espera a salvação, já sendo aqui e agora essa esperança, uma antecipação, ou seja, um penhor da vida eterna, um adiantamento da felicidade eterna. Assim como é a fé, um penhor da vida eterna para o homem que crê e espera a felicidade futura, que se dará na beatitude final.

Agostinho comenta em seu livro "A Cidade de Deus" (AGOSTINHO, 2011. Livro XIX; Cap. IV, p. 1889):

[...] porque estamos no meio de males que devemos suportar com paciência até alcançarmos aqueles bens onde tudo haverá para nos deleitarmos de uma forma inefável e onde já nada haverá que sejamos obrigados ainda a suportar. Uma salvação, que existirá no século futuro, esta é que será a beatitude final.

Portanto, para o cristão, na tradição católica, o batismo é o começo da vida eterna, presente já na história, quando o homem passa a participar da amizade de Deus, através dessas virtudes teologais. A fé, a esperança e a caridade. Elas são as arras²⁵ da herança eterna, que se completará na vida futura, com a ressurreição dos corpos em corpos espirituais. Também isto dá sentido sagrado à história, e demonstra, já aqui, o início do processo de santificação do homem que crê.

Para Agostinho, através da desobediência de Adão, o pecado atingiu a todos os homens porque todos pecaram em Adão. Adão passa a ser um "universal concreto" em que todo o gênero humano está inserido. Já que todos pecaram em Adão, não podemos interpretar de outra maneira senão considerarmos que há uma solidariedade natural com relação ao pecado. Toda a humanidade já estava em Adão e, por esse motivo, toda a humanidade está condenada pelo pecado de Adão e, assim, toda a humanidade necessitará de um remédio, a graça de Cristo onde toda a humanidade deverá ser justificada pelo batismo (SILVA, 2009, p. 85).

Oferecer o resgate da alma do homem através do batismo é, pois, a manifestação da misericordiosa bondade de Deus para com a criatura humana. Misericórdia essa que se manifestou através de Jesus Cristo.

A natureza humana, em Adão, abandonou Deus, por desobediência. Agora, vivendo sob a lei de Deus, deve esforçar-se para manter-se alinhada aos seus mandamentos e preceitos, a fim de manter a unidade entre si. Isso, em vista do recebimento completo da herança eterna.

Deus não ignorava que o homem viria a pecar e que, votado à morte, viria a gerar filhos destinados à morte. [...] Mas Deus previa também que um povo piedoso,

25 Sinônimos: antecipação, penhor, adiantamento.

chamado pela sua graça à adoção divina, desligado do pecado e justificado pelo Espírito Santo, seria associado aos santos anjos na paz eterna, quando a morte, sua última inimiga, fosse destruída. A este povo havia de ser útil a consideração de que Deus decidiu a criação do gênero humano a partir de um só homem para mostrar aos homens quanto apreciava a unidade na sua pluralidade (AGOSTINHO, 2011. Livro XII; Cap. XXIII, p. 1141).

A criação da natureza humana em um único homem visa colocar em relevo a unidade e a concórdia que toda a comunidade humana deveria e deve manter, para alcançar o prêmio eterno. Isso uma vez que, devido às consequências do pecado, a comunidade humana adquiriu também dificuldade para manter a ordem em suas relações. Pois sofrem não só com as desordens internas, mas também com a diversidade, ou a pluralidade das paixões individuais. O que dificulta a boa convivência da comunidade humana.

Devido ao castigo de morte, como pena do pecado de Adão, a natureza humana ficou nele de tal forma viciada, perversa, deteriorada e mudada, que sofre nos seus membros a desobediência e a revolta da concupiscência da carne. Também sente sua natureza, necessariamente, ligada à morte que separa a alma do corpo. Os seus filhos, as crianças, se do laço do pecado são libertadas pela graça do batismo, não podem escapar dessa morte que separa a alma do corpo. Entretanto, libertados da dívida do pecado, pela infusão do batismo, não passam pela segunda morte, que é castigo sem fim (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. III).

Se assim proceder, diante da infinita misericórdia de Deus, é possível a toda a humanidade, mesmo em sua natureza corrompida, possuir a vida eterna. Isso, crendo em Deus e confiando em seu auxílio para suportar as desordens duma natureza corrompida. Além de manter-se fiel e constantemente reconciliado a seu Senhor, obedecendo-lhe em suas leis e mandamentos.

O Apóstolo Paulo estabelece uma evidente diferença entre dois homens, aquele criado por Deus, que lhe desobedeceu, e aquele homem enviado por Deus para nosso resgate. Dizendo ser o primeiro, o homem terrestre, tirado da terra e o segundo, o homem celeste, enviado pelo Pai. E a todos nós, assim como nos revestimos da imagem do terrestre,

revistamo-nos também da imagem daquele que veio do Pai, enviado para nossa libertação (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XXIII).

Somos batizados em Cristo, o enviado do Pai para nossa libertação e único mediador entre Deus e os homens, pelo sacramento da regeneração, que nos reveste da graça do Pai. Se assim nos procede, também na realidade futura, nosso corpo que agora é animal, se tornará espiritual, ao ressuscitarmos em Cristo. Enquanto isso não acontece, aguardemos cheio de fé e esperança que aquele que veio enviado por Deus para nos revestir da graça nos revista também da imortalidade celeste.

Com isso, pode-se entender que Deus, ao criar em Adão toda a natureza humana, a qual foi corrompida por esse único homem, quis também por um único homem, Cristo, resgatar do pecado toda a humanidade. Libertando-a, assim, da morte eterna, que seria o justo castigo para homem criado e sua descendência, se Deus não fosse misericordioso em oferecer a todos a graça do resgate, pelo batismo.

É como o Apóstolo Paulo apresenta que "Por um homem veio a morte e por um homem veio a ressurreição dos mortos. Assim como todos morrem em Adão, assim todos serão vivificados em Cristo"²⁶. Nisso fica clara a necessidade de que todo aquele que crê e deseja essa salvação oferecida por Deus, deve unir-se a Cristo pelo batismo. Para que estando unido a Cristo, seja participante também de sua ressurreição, possuindo a vida eterna.

Em face a essa relação, Agostinho apresenta em (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap.XI, p. 1272):

[...] o dom de Deus; o homem perdeu-o por sua própria falta; só quem lho concedeu é que lho pode restituir. Por isso diz a Verdade: Se o Filho vos libertar, então é que sereis livres na verdade — que o mesmo é dizer: "Só estareis verdadeiramente salvos, se o Filho vos salvar"²⁷. Realmente, Ele é que é o nosso libertador porque Ele é que é o nosso Salvador.

Se em Cristo podemos todos ser resgatados e em Adão fomos todos corrompidos, é importante ressaltar mais uma vez que o ato do pecado original, cometido por Adão, não caracteriza falta pessoal a cada um

26 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. ICor. 15, 21-22, p. 2013.

27 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Jo. 8, 36, p. 1865.

de seus descendentes, mas imprime em toda a natureza humana a corrupção que Adão adquiriu como pena.

Embora próprio a cada um, o pecado original não tem, em qualquer descendente de Adão, caráter de falta pessoal. É a privação da santidade e justiça originais, mas a natureza humana não se encontra totalmente corrompida: está ferida nas suas próprias forças naturais, sujeita à ignorância, ao sofrimento e ao império da morte, e inclinada ao pecado (inclinação para o mal, que se chama concupiscência). O Batismo, ao conferir a vida da graça de Cristo, apaga o pecado original e reorienta o homem para Deus, mas as consequências para a natureza, enfraquecida e inclinada para o mal, permanecem no homem e o incitam ao combate espiritual (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 1999, p. 115. N°405).

O corpo corruptível, sujeito aos males da vida terrena, devido à privação de sua justeza original, que toda a humanidade herda de Adão, não volta à condição de retidão original através do batismo.

O sacramento não apaga a corrupção adquirida, também não apaga a inclinação para o mal que essa natureza adquiriu. Mas concede ao batizado uma condição de manter-se sob os ensinamentos de Deus, e assim agirem como filhos de Deus, para o bem. Estes, mesmo privados da graça original, se apoiam na força que vem de Deus, para manter a unidade, a concórdia e a paz.

Por nascerem com uma natureza humana decaída e manchada pelo pecado original, as crianças também têm necessidade do novo nascimento no Batismo para serem libertas do poder das trevas e transferidas para o domínio da liberdade dos filhos de Deus, a que todos os homens são chamados. A pura gratuidade da graça da salvação é particularmente manifesta no Batismo das crianças. Por isso, a Igreja e os pais privariam a criança da graça inestimável de se tornar filho de Deus, se não lhe conferissem o Batismo pouco depois do seu nascimento (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 1999, p. 348. N°1250).

Pelo batismo, é apagada a culpa do pecado original, contraída por descendência. Porém, as consequências que as penas deste pecado deixaram na natureza humana não se apagam com o sacramento.

Há, através do sacramento do batismo, a reorientação do homem para Deus, a fim de que ele se renda aos mandamentos de seu Senhor e tenha condição para viver sob sua graça. O batismo é, pois, uma condição de possibilidade, para que o homem tenha uma vida orientada para Deus, afim da beatitude final.

4.2. A constante ressurreição da alma através do arrependimento

Como o homem nasce duma natureza corrompida, ele vive em uma constante luta. Mesmo tendo passado pelo batismo, que é o renascimento da alma pelo banho da regeneração, por consequência da desordem adquirida por descendência, acaba sendo conduzido à vivência do mal. Saindo, assim, da intimidade e da retidão para com Deus, estando, pois, privado da graça divina. Isso acontece constantemente durante a história.

Durante sua vida, o homem ouve o chamado da graça, ela lhe aparece como um bem, e em certa medida desejável. Mas a concupiscência lhe traz mais deleite. O homem decaído e dominado pela paixão, prefere, pois, inevitavelmente, o pecado à graça (GILSON, 2010).

Há na história uma luta constante da alma contra o corpo, sendo esta luta uma guerra para o homem se manter no estado de “graça”, com sua alma salva e reta, orientada para Deus. Porém, há também, na história, a possibilidade do constante retorno ao estado de “graça” quando o homem cair em pecado pela não orientação do corpo à alma em Deus. É o que Agostinho trata por ressurreição da alma.

[...] haverá duas ressurreições – uma, a primeira, que tem lugar agora e é a das almas, a qual não permite que caiamos na segunda morte, e a outra, a segunda, que não é de agora, mas acontecerá no fim dos séculos; não é a das almas, mas a dos corpos e, pelo último juízo, remete uns para a segunda morte e outros para a vida que não terá morte (AGOSTINHO, 2011. Livro XX; Cap. VI, p. 1997).

A ressurreição da alma deve ocorrer constantemente na vida do homem durante a história, quando tiver sua alma morta pelo pecado

da carne. Toda vez que cair em pecado, o homem terá sua alma morta e se afastará da retidão para com Deus. Daí a necessidade da constante ressurreição da alma, que é a primeira ressurreição.

"Esta ressurreição não é a dos corpos, mas a das almas. É que as almas também têm a sua morte na impiedade e nos pecados"²⁸ do homem. Tendo, pois, sua alma ressuscitada na vida presente, o homem participará da vida futura que é sem morte. A que ocorrerá na segunda ressurreição, a dos corpos.

Ressuscite, pois, na primeira quem não quiser ser condenado na segunda ressurreição. Porque "chegou a hora e é agora que os mortos ouvirão a voz de Deus e os que a tiverem ouvido viverão"²⁹, isto é, não incorrerão na condenação que se chama segunda morte; nesta morte serão precipitados, depois da segunda ressurreição, que será a dos corpos, aqueles que não ressuscitarem na primeira, a das almas (AGOSTINHO, 2011. Livro XX; Cap. VI, p. 1996).

A ressurreição da alma, que é a primeira, como dito, se dá através do arrependimento sincero, encontrado por um esvaziamento de si e por uma busca constante de se manter alinhado a Deus. Além de manter a caridade, num poder servidor. Condição esta é a de reconciliação do homem para com Deus, numa vida orientada à sua lei. Concedida ao homem por graça do próprio Deus.

[...] crendo n'Aquele³⁰ que justifica o ímpio, arrancados à impiedade, como que devolvidos da morte à vida, poderemos participar da primeira ressurreição que tem lugar agora. A esta primeira, com efeito, não pertencem senão os que serão felizes para a eternidade (AGOSTINHO, 2011. Livro XX; Cap. VI, p. 1994).

É na firme esperança da vida feliz na eternidade, através da fé em Jesus Cristo, que Agostinho manifesta a necessidade da participação da primeira ressurreição toda vez que o homem se arrepender de seus pecados. Na qual o homem tem sua alma salva, ressuscitada, orientada para Deus.

28 AGOSTINHO, 2011. Livro XX; Cap. VI, p. 1993.

29 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. JO 5,25, p. 1854.

30 Aquele que por todos morreu por causa dos nossos pecados e que ressuscitou por causa da nossa justificação, Jesus Cristo.

Porque devemos viver em retidão, é que foi escrito pelo apóstolo Paulo aos Gálatas, que “o justo vive da fé”³¹. Nem vemos ainda nosso bem final, mesmo que vivendo em retidão, mas crendo, somos ajudados, por Aquele³² que nos dá a fé (AGOSTINHO, 2011. Livro XIX; Cap. IV).

Nenhum homem está livre dos males do mundo, mesmo que portador das quatro virtudes cardeais. A temperança, que é controle e o domínio da guerra entre carne e espírito. A prudência, que é a sabedoria prática para distinguir bem e mal, assim como a vigilância sobre esses aspectos. A justiça, que é a capacidade de submeter a alma e a carne a Deus e de manter-se na retidão para com ele, além de conceder a cada um o que é devido. E a fortaleza³³, que é a capacidade de suportar com paciência e coragem os males do mundo.

"Essas virtudes constituem a síntese das virtudes morais na visão agostiniana. A importância delas está em afetar diretamente os costumes e os hábitos nas relações humanas. Agostinho chamaria vida feliz a vida do homem que conseguisse viver de maneira justa e honesta tais virtudes" (FILHO, 2012, p. 68 e 70).

Porém, o homem, mesmo o batizado, não vive constantemente sob essas virtudes, devido suas desordens internas, que se deram pela natureza corrompida.

Mesmo o homem temperante, prudente, justo e corajoso não está isento de ser afetado pelo mal e nem isento de sofrer com os males da vida terrestre. Visto que está sujeito a sofrer com os males da vida. Além da própria inclinação para o mal que existe em sua natureza corrompida.

Se há a ameaça de perder os bens do corpo e da alma, como já foi tratado ao comentar a perda do comando da razão sobre a paixão e da alma sobre o corpo, não há, pois, garantia alguma, para o homem virtuoso, de permanência constante na “graça”, em retidão a seu Deus.

Agostinho fala sobre as incertezas de o homem se manter em ordem, fora do pecado, e garantir os bens primários da natureza. Isso em: (AGOSTINHO, 2011. Livro XIX; Cap. IV, p. 1882 e 1883).

31 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Gl 3,11, p. 2034.

32 Jesus Cristo.

33 Fortaleza também é dita como coragem.

[...] os chamados bens primários da natureza – quando, onde e como é que eles se podem encontrar nesta vida sem estarem sujeitos à incerteza flutuante do acaso? Que dor contrária ao prazer, que inquietação contrária à tranquilidade não poderá cair sobre o corpo do sábio? Com certeza que a amputação ou a debilidade dos membros quebranta a integridade do homem, a disformidade e sua beleza, a doença e sua saúde, a fadiga as suas forças, o torpor ou lentidão a sua agilidade: haverá alguns destes males que não possa cravar-se na carne do sábio? [...] E a razão, a inteligência, para onde se retira ela, onde é que pára adormecida se nos tornamos loucos devido a qualquer doença?

Há, pois, a sujeição de o homem sofrer os males do mundo. E há, ainda, a possibilidade de o homem se contaminar com o mal e inclusive, dominado por seu orgulho e sua soberba, voltar-se à prática do mal. Com isso, se vê que o homem não tem, pois, garantia alguma de se manter em posse da suprema felicidade, sem desordens, numa vida reta a Deus aqui e agora, na vida terrestre.

Efetivamente existe o vício em que a carne tem desejos contra o espírito, contrário à virtude em que o espírito tem desejos contra a carne. Efetivamente eles vivem numa constante guerra, de modo que o homem não consegue se manter em ordem. Cabe, portanto, ao homem que aspira o bem supremo, procurar pelo menos a ajuda de Deus, de modo a não ceder por desfalecimento do espírito à carne que deseja contra o espírito. Não se deixando, assim, ser conduzido pelo pecado, mas guiado pela graça e a misericórdia de Deus, encontrará o caminho da constante reconciliação com Deus (AGOSTINHO, 2011. Livro XIX; Cap. IV).

Devido a isso é que o homem que aspira à suprema felicidade deve manter-se na constante busca da graça divina, pelo arrependimento sincero, tendo sempre sua alma ressuscitada, viva. Isso, clamando constantemente a Deus o perdão dos pecados, quando pela fraqueza cair na perdição do mal.

A fim de colocar mais em evidência a afirmação de Agostinho quanto à ressurreição da alma, observa-se em (AGOSTINHO, 2011. Livro XX; Cap. XI, p. 2022):

"Levanta-te tu que dormes e sai do meio dos mortos

e Cristo te iluminará"³⁴. Os que dizem que só se podem levantar os que caem e por isso julgam que a ressurreição pertence aos corpos e não às almas porque cair é próprio dos corpos, porque não prestam atenção ao seguinte: "Não vos afasteis dele, para que não caiais"³⁵; [...] e ainda a isto: "O que julga que se aguenta de pé tenha cuidado não caia"³⁶. Penso que estas quedas devem ser evitadas na alma e não no corpo. Se, portanto, a ressurreição é própria dos que caem, e as almas também caem, então temos que reconhecer que também as almas ressuscitam.

Além disso, o homem que aspira à morada eterna deve estar sempre em busca da paz, a fim de retornar à condição sob o efeito do amor de Deus, quando por fraqueza de sua natureza, caindo nas ciladas do Diabo, se privar da graça de Deus em sua vida. A ressurreição da alma é que concede ao homem caído, quando se arrepende, a volta ao estado de graça.

Agostinho diz ainda (AGOSTINHO, 2011. Livro XIX; Cap. XXVII, p. 1963):

A paz que nos é própria, porém, temo-la cá com Deus por meio da fé, e na eternidade com Ele a teremos por meio da visão. Mas cá, a que todos é comum, como a que nos é própria, é uma paz tal que é mais um alívio para a miséria do que alegria na felicidade. [...] é tão pequena nesta vida, que mais consiste em remissão dos pecados do que em perfeição das virtudes. Dito testemunho é a oração de toda a Cidade de Deus que peregrina na Terra, pois por todos os seus membros clama a Deus: "Perdoai-nos as nossas dívidas como nós perdoamos aos nossos devedores". Esta oração não é eficaz para aqueles cuja fé é morta, porque é fé sem obras, mas é-o para aqueles cuja fé se põe em prática pelo amor. Porque, na verdade, mesmo submetida a Deus, a razão não pode, nesta condição mortal, neste corpo corruptível, que é um peso para a alma, dominar perfeitamente os vícios. Por isso a necessidade para os justos de tal oração. É que, embora a razão se imponha, nunca se impõe aos vícios sem conflito.

Mas aos que dizem conseguir a felicidade aqui e agora, Agostinho diz que a loucura da sua soberba tornou-se tão grande que esses que se

34 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Efe 5,14, p. 2045.

35 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Ecl 2,7, p. 1147.

36 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. ICor 10,12, p. 2005

dizem sábios, sendo, pois, falsos sábios, não têm vergonha de chamar de feliz uma vida sujeita a sofrer tantos males. Estes chegam a dizer: "Ó vida feliz que procura a morte para lhe pôr fim!" Se é feliz porque então sair dela? Fique, pois nela. Como é que podem dizer não serem males da vida, estes males que os motivam a fugir dela? Pelo menos estes deviam realmente confessar que uma vida desta sujeita a tantos males não é uma vida feliz (AGOSTINHO, 2011. Livro XIX; Cap. IV).

Grande força é a que está nesses males e nessas perturbações, que tornam a fortaleza homicida. É certo que o verdadeiro sábio deve suportar com paciência a própria morte, mas a morte que lhe vem de fora. Se, portanto, segundo estes falsos sábios, alguém é constrangido a infligir a morte a si mesmo, então têm que confessar que são males, que são mesmo males insuportáveis, os males desta vida (AGOSTINHO, 2011. Livro XIX; Cap. IV).

Fica evidente que mesmo os homens que por algum motivo sejam motivados, por seu orgulho e soberba, ou por falta de sanidade física ou mental, a manifestar que não estão aprisionados aos males desta vida, cujo corpo sofre e padece, pelo menos devem confessar que esta não é a vida em sua suma e perpétua felicidade.

Pois esta segunda é aquela a que por graça divina receberá, na vida futura, o homem que crê na ressurreição que se dá através de Cristo e que se mantém na vida presente, fiel ao seu Deus, juiz e legislador. Grande graça é essa que Deus, por sua infinita bondade e misericórdia, dá ao homem.

Para falar da misericórdia, diante do arrependimento constante do homem, pode-se destacar que Deus, em sua infinita bondade, prevendo que o homem pecaria infinitas vezes, preferiu manter-se no respeito à liberdade do homem que criara. Criatura esta, que no mau uso de seu livre arbítrio, pôde perceber quão desgraçada foi sua soberba ao cometer o primeiro pecado, que necessitaria de uma tão grande misericórdia da parte de Deus, para não se aniquilar até a morte eterna.

A esse respeito Agostinho comenta em (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap.XXVII, p. 1318):

Mas, conquanto Deus não desconhecesse a futura queda

do homem, [...] sem de modo algum duvidar de que o homem seria vencido, previu também que a posteridade do homem, sustentada pela sua graça, triunfaria do próprio Diabo para maior glória dos santos. E assim aconteceu: nenhum futuro está oculto a Deus, nem Este força, com a sua presciência, ninguém a pecar — e mostra, pela experiência posterior, às criaturas racionais (angélicas e humanas) quanto difere a presunção própria de cada um da proteção de Deus. Quem se atreve a pensar ou a afirmar que não esteve no poder de Deus impedir a queda do anjo e do homem? Preferiu, todavia, não lhes retirar esse poder, e demonstrar assim de quanto mal era capaz a soberba deles e de quanto bem era capaz a sua graça.

Seria um erro pensar que Deus, no seu íntimo, quis que o homem pecasse. Ao contrário, Ele, o Legislador, proibiu o homem com certos preceitos, justamente com a intenção de que se o homem lhe fosse obediente e fiel, viveria para sempre na graça. Mas foi pelo abuso da liberdade que Deus lhe deu, que o homem contaminado pelo Diabo foi conduzido à prática do pecado.

Porém, Deus, em sua infinita misericórdia, mostra quão grande e maior que qualquer pecado, orgulho ou soberba, é a sua graça. Isso para aquele que, pelo uso da liberdade, ainda por liberdade, quiser se reconciliar e voltar ao estado de graça, para viver junto de seu Deus e Senhor, prestando-se à continência³⁷. Isso se dá sob a graça divina que mantém o homem sob a Lei, diante da concupiscência da carne que o atormenta.

Há de fato a concupiscência do pecado dentro de nós, e ela precisa ser impedida de reinar; há desejos que precisam não ser obedecidos, ou, caso contrário, eles reinarão sobre quem lhes obedece. Portanto, não deixemos que a concupiscência usurpe para si mesma nossos membros, mas deixemos à continência reivindicá-los para si, para que eles possam servir de instrumentos da justiça de Deus e não sejam instrumentos de iniquidade para o pecado. Desse modo, o pecado não terá domínio sobre nós; pois, não estamos debaixo da Lei que, de fato, prescreve o bem, porém não o concede; mas estamos debaixo da graça que, fazendo-nos amar o que a Lei prescreve, pode imperar livremente sobre nós (AGOSTINHO, 2013. Patrística 32, p. 194 e 195).

37 Continência: vigilância para que o coração não se incline ao mal.

Nesta condição de obediência à Lei de Deus e de arrependimento sincero, quando cair na desgraça da natureza corrompida, deve o homem que crê e deseja a graça, contar com a ajuda de Deus, através da sabedoria que Este nos concede, pelo Espírito³⁸ que habita em nós.

Mesmo já tendo recebido, pelo batismo, a remissão dos pecados da culpa contraída da natureza corrompida, o homem batizado deve implorar sempre a graça do seu Senhor. No constante arrependimento sincero, o homem não somente deseja livrar-se do castigo, ao ser perdoado com relação aos pecados passados, mas quer também ser forte e eficaz para não mais pecar. Este homem valoriza a Lei do Senhor, mas percebe outra lei em seus membros, que se rebela contra a lei da razão. Com isso, o homem sente que é escravizado na lei do pecado que habita em seus membros, por causa da corrupção do pecado (AGOSTINHO, 1998. Patrística 12).

Nesta vida em que a natureza humana está corrompida, só há uma sabedoria no homem: a piedade que presta ao verdadeiro Deus e o culto que lhe é devido. Além da espera da vida feliz com fé na recompensa da vida na sociedade dos santos, onde Deus é tudo em todos (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap.XXVIII).

É, pois, com fé e esperança em seu Deus e na confiança de sua infinita misericórdia, que o homem deve arrepender-se constantemente e manter-se na graça de seu Deus na vida terrestre, a fim de alcançar a suprema felicidade.

Diferente dos soberbos, que se gabam de serem sábios, exaltando-se em seu orgulho, os que buscam o amor de Deus e a sua glória em Deus, para estes a verdadeira sabedoria é, como dito, o constante arrependimento sincero. A confiança na bondade e na piedade de Deus para com a sua humanidade pecadora é, pois, uma virtude do homem que se confessa necessitado da graça misericordiosa do Criador.

A esse respeito, o próprio Agostinho, buscando manter-se alinhado a Deus, diante de sua humanidade corrompida, reza constantemente ao Senhor. "Ó Senhor, multiplica cada vez mais teus dons sobre mim, a fim de que a minha alma, liberta dos laços da concupiscência, siga para

38 No sentido cristão, o Espírito Santo que orienta e conduz o batizado.

junto de ti, que minha alma não se revolte contra si mesma"³⁹.

Diante da oração que Agostinho eleva a Deus, clamando por sua graça, se percebe o quanto ele se reconhece portador das paixões internas desordenadas, por causa da natureza corrompida. Isso, quando ele se confessa a Deus dizendo: "na falsidade humana, preferimos ser amados e temidos, não por amor a ti, mas em teu lugar! Assemelhando-nos assim ao inimigo, vivemos em companhia dele, associados a suas penas e não unidos na concórdia da caridade"⁴⁰.

Tão grandes são as desordens da natureza humana, após a corrupção, que mesmo sendo batizados, estando sob a graça de Deus, homens e mulheres vivem sujeitos à prática do mal.

Devido a tal sujeição, devem aqueles que desejam viver segundo seu Deus e que aspiram os bens eternos, buscar constantemente a graça divina. Isso não só para o perdão dos pecados, mas também para que estes sejam evitados. Pois uma natureza corrompida não consegue se manter orientada a Deus, se tal graça não for buscada constantemente.

O constante arrependimento dos pecados manifesta-se na constante ressurreição da alma, que é a primeira ressurreição. O que é um bem para o homem, pois no momento que sua alma se separa do corpo, é bom que esta esteja ressuscitada, na presença de Deus e orientada para Ele. Isso, em vista da beatitude final, na vida eterna, quando vier a segunda ressurreição.

4.3. A ressurreição da carne

A morte do corpo, que é caracterizada pela morte do homem todo, é aquela morte em que a alma abandona o corpo, efetivando a primeira morte completa. Isso, por penalidade recebida como justo castigo, devido à transgressão do preceito divino pela criatura humana primitiva.

O corpo morrerá, porém, morrendo na amizade com Deus, regenerado pelo batismo e passando pela ressurreição da alma, ressuscitará em corpo espiritual na incorrupção dos corpos, quando

39 AGOSTINHO, 1997. Confissões. Patrística 10, p. 302.

40 AGOSTINHO, 1997. Confissões. Patrística 10, p. 316.

aos mortos for concedida a ressurreição de seus corpos em corpos espirituais (AGOSTINHO, 2011. Livro XIV; Cap. X).

Portanto, a salvação do corpo não se dá na história. Somente o que há na história é um penhor dessa salvação, através da fé e da esperança. Na espera da vida futura, a esperança é um dom sobrenatural concedido ao homem por graça divina. A fé é como um elo entre a vida terrestre e a celeste, que permite ao homem o acesso a Deus. Se não o contempla ainda face a face, o contempla através da fé.

A alma sim se salva na história, e tendo o homem sua alma salva na história, pela fé e pela esperança, seu corpo receberá a salvação no juízo final e consequentemente o ingresso no céu. E assim possuirá a vida eterna, sendo o homem participante do plano salvífico de Deus, habitando a cidade celeste.

Enquanto estamos neste corpo manchado, nossa alma pode certamente obedecer a Deus, mas nossa carne permanece sob a lei do pecado. Somente depois da ressurreição, e numa outra vida, quando o corpo glorificado estiver perfeitamente submetido à alma, uma paz perfeita reinará no homem (GILSON, 2010, p. 323).

Aquele que por graça divina for resgatado, receberá a felicidade eterna, o sumo bem, que é aquele bem pelo qual todos os bens são bens, são bens em vista dele próprio e ele próprio é desejado por si mesmo. É o bem em seu limite, para os que obtiverem o ingresso no céu, quando chegar o momento da ressurreição de seus corpos naturais em corpos espirituais.

Agostinho cita a passagem da Sagrada Escritura e comenta acerca da ressurreição dos corpos (AGOSTINHO, 2011. Livro XX; Cap. V, p. 1987 e 1988):

“Na verdade, vos digo a vós, que me tendes seguido na regeneração”⁴¹. [...] ao dizer in regeneratione (na regeneração), não há dúvida de que Cristo com a palavra regeneração quis que se entendesse a ressurreição dos mortos. A nossa carne será efetivamente regenerada pela incorruptibilidade, tal como a nossa alma foi regenerada pela fé.

41 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. Mt 19,28, p. 1739.

Pela fé nossa alma foi regenerada primeiramente através do batismo. Diferentemente daquela primeira ressurreição que é a da alma, que se dá constantemente na história da vida do homem, a fim de manter sua alma viva, esta segunda ressurreição, a dos mortos, que passarão de corpos naturais a corpos espirituais, ocorrerá na segunda regeneração, que é o ingresso no céu para a vida na eterna felicidade. Isso para aquele que crê e que buscou constantemente manter sua alma ressuscitada durante a vida terrena.

Habitando a cidade celeste, em um corpo espiritual ressuscitado dos mortos, este estará livre de qualquer desordem. O corpo não mais desobedecerá a alma e a carne não mais conspirará contra o espírito, pois aí reinará uma tão grande paz, que não haverá mais desordem alguma. Haverá, sim, uma felicidade completa, junto da bondade de Deus, que é o Sumo Bem.

A carne, que morre quando a alma se aparta dela, é a nossa parte ínfima⁴², não é abandonada definitivamente, mas é colocada à parte para ser recebida novamente e, quando for recebida, não será jamais abandonada. De fato, “semeia-se corpo natural, ressuscita corpo espiritual”⁴³. Então, finalmente quando em si mesma também for chamada espiritual, a carne não desejará nada contra o espírito; pois, desde que viverá eternamente não só desejará nada contra o espírito, mas até mesmo viverá sem qualquer necessidade de alimento corporal (AGOSTINHO, 2013. Patrística 32, p. 214).

Assim ficará o homem, sendo participante em plenitude do plano salvífico de Deus. Entretanto, a paz e a felicidade aqui e agora não são possíveis em plenitude, pois a própria expectativa do momento em que a alma se separará do corpo, já nos tira certa parcela da tranquilidade que a paz e a felicidade nos dariam. Somente a fé e a esperança servem como penhor, antecipação da paz e da felicidade que há de vir com a ressurreição dos mortos.

[...] Esta experiência da separação da alma e do corpo, diz-se aí, é mantida depois da supressão dos laços do pecado porque, se a imortalidade corporal se seguisse imediatamente ao sacramento da regeneração, a fé ficaria debilitada: é que não há fé senão quando se aguarda na esperança o que na realidade ainda se não vê.

42 Que se está num lugar bem inferior.

43 BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012. ICor 15,44, p. 2014 -2015.

Foi com o vigor e o esforço da fé que, pelo menos em épocas passadas, se teve de vencer o medo da própria morte — o que se nota principalmente nos santos mártires. Para eles não teria havido nem vitória nem glória em combater [...] se, tomados santos pelo banho da regeneração, ficassem doravante incapazes de morrer. [...] Assim a fé já não se sujeitaria à prova da expectativa duma recompensa invisível. Já não haveria mesmo fé ao buscar-se e receber-se imediatamente a recompensa do ato. [...] Deus concedeu à fé uma graça tamanha que, por ela, a morte, que é o contrário da vida, tornou-se num meio de passar à vida (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap.IV, p. 1165-1166).

A graça recebida pela primeira regeneração, pelo batismo, não liberta o corpo do cristão do suplício da morte, mas o faz participante do plano salvífico de Deus, pela fé que este tem em seu Deus. Virtude essa que é concedida à criatura humana não por mérito, mas por graça.

Agostinho diz que a regeneração completa é prometida para a futura ressurreição, quando não mais se cometerá pecados, nem se terá desejos pecaminosos. Entretanto, essa ressurreição começa nesta vida pelo banho sagrado, o batismo, que nos é administrado pela igreja. Também por este sacramento, por merecimento, alcançar-se-á a regeneração da carne para a vida eterna, pela qual, ressurgindo incorruptível na mesma carne, apaziguar-se-ão os incentivos de todos os pecados. Mas esta cura até agora se realizou apenas na esperança, não se goza na realidade e não se possui pela presença, mas se espera pela paciência, que é graça concedida por Deus (AGOSTINHO, 1998. Patrística 12).

Essa fé, que é o acesso do cristão a Deus, é necessária justamente porque na história não há como o homem se libertar das penas da morte, pelo menos da primeira morte não há como o homem escapar. Entretanto, é pela fé que o homem tem na vida futura, pela ressurreição de Cristo, que a humanidade se mantém, nesta vida, na esperança de contemplar Deus face a face, mantendo-se fiel a Ele nesta, para alcançar aquela.

Na realidade futura, após a ressurreição dos corpos, chegado o momento da justificação do ímpio, não haverá um corpo animal, o corpo ressuscitado não será como é o nosso corpo agora, carnal, será espiritual.

[...] como o espírito que serve a carne é, de certo modo, considerado "carnal", assim também será considerada "espiritual" a carne, não porque ela se venha a transformar em espírito como alguns concluem do que está escrito: "Semeia-se um corpo animal, ressuscitará um corpo espiritual"⁴⁴, mas porque ela obedecerá ao espírito com total e maravilhosa facilidade ao ponto de nisso encontrar a alegria definitiva duma indissolúvel imortalidade: já não experimentará a doença, nem a corruptibilidade, nem o entorpecimento (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap.XX, p. 1207-1208).

Depois da ressurreição, os corpos dos justos em corpos espirituais, estes não haverão mais de sofrer de doença alguma. Nem haverá fardo algum a ser carregado pelo peso da velhice, pois esta nem existirá. Nem qualquer alimento corporal, com que satisfaçam a necessidade de comer ou de beber se necessitará. Estarão revestidos de um seguro e inviolável privilégio de imortalidade, de forma que só comerão se quiserem, mas não serão a isso constrangidos, pois lá já não existirá mal algum que os conduza ao pecado (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap.XXII).

Fica claro e evidente que, de todos os males possíveis que a carne e o espírito do homem sofrem na vida terrestre, nenhum deles haverá na vida celeste. A estes corpos espirituais, nem a corruptibilidade, nem necessidade alguma, como a da existência terrestre, existirá.

Na verdade, o que a tais corpos será tirado, não é a faculdade, mas a necessidade de beber e de comer. Segue-se disto que eles serão espirituais, não porque deixarão de ser corpos, mas porque subsistirão graças à vida do espírito (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap. XXII, p. 1212).

O espírito habitará os corpos dos ressuscitados. Esse espírito é que os manterá sem as necessidades que tinham os corpos animais dos homens. Não serão mais "corpos animais", e sim "corpos espirituais", com "espírito vivificante".

[...] Assim como se chama "corpos animais" aos corpos que ainda não têm o "espírito vivificante", mas têm uma "alma vivente" (sem, contudo, serem almas nos corpos) — assim também aos corpos ressuscitados se chama

44 BÍBLIA JERUSALÉM, 2012. ICor 15,22, p. 2014.

"corpos espirituais". Longe de nós, porém, cremos que sejam espíritos! Serão corpos com uma substância de carne, mas que não sofrerão, graças ao espírito vivificante, a menor corrupção ou o entorpecimento da carne. [...] o Apóstolo não diz [...] "Se o Espírito daquele que ressuscitou Cristo dos mortos habita em vós, o que ressuscitou Cristo dos mortos vivificará também os vossos corpos mortais pelo seu Espírito que habita em vós (Rom 8,11)". O corpo estará, portanto, então, com um "espírito vivificante", ao passo que agora está com uma "alma vivente"; e, todavia, o Apóstolo chama-lhe já morto porque já está sujeito à fatalidade da morte. Mas outrora estava com uma "alma vivente" sem estar com um "espírito vivificante" e, contudo, não seria correto chamar-lhe "morto" porque só o pecado poderia sujeitá-lo à fatalidade da morte (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap.XXIII, p. 1213-1214).

A natureza humana, em seu corpo animal, depende indispensavelmente da alma unida a si para o manter vivo. Pois a alma é o princípio vital do corpo humano, sendo o corpo do homem, portanto, mantido vivo por uma alma vivente, e sujeito à morte quando for abandonado por esta alma.

Diferentemente é o corpo espiritual, que se alcançará após a justificação do ímpio na ressurreição da carne em corpos espirituais, que não necessitará de uma alma vivente, pois o próprio espírito, que é vivificante, habitará o corpo espiritual.

Serão de tal forma revestidos do espírito vivificante, que seus corpos espirituais não mais pecarão nem morrerão e a imortalidade de que serão revestidos, como a dos anjos, não poderá ser-lhes arrebatada pelo pecado. A morte não haverá jamais para estes corpos, nem a corruptibilidade e nem o entorpecimento carnal com que sofrera antes, na vida terrestre (AGOSTINHO, 2011. Livro XIII; Cap.XXIV).

Aos homens, portanto, que forem revestidos de tão grande graça de Deus, sendo admitidos no reino celeste, tendo passado pela ressurreição do corpo, serão estes concidadãos dos santos e dos anjos. Manter-se-ão na vida bem-aventurada, que é eternamente feliz. Nisto está o sumo bem, a suprema felicidade, a habitação na cidade celeste, onde Deus é tudo em todos.

CONCLUSÃO

A natureza humana criada por Deus, em Adão, não seria corrompida como é agora, se os primeiros homens tivessem se mantido obedientes a seu Senhor. Mas, como preferindo viver por si mesmo e não submisso a seu Deus, ouvindo aquele que semeou o orgulho e a soberba em sua alma, a mulher pecou e também o homem, devido a comunhão com que haviam sido postos no paraíso.

Teriam, pois, se mantido no estado de graça com que foram criados, numa natureza humana justa e reta, sob o efeito do amor de Deus, comprazendo-se em Deus, gerando filhos, sem as desordens da paixão libidinosa do corpo. Viveriam sem passar pelas angústias da alma e não morreriam, mas ao contrário viveriam.

Porém, transgredindo o mandamento de que não deveriam comer da árvore proibida, cometeram o ato do pecado original, desobedecendo a Deus. Aspirando ser como seu Deus. Receberam, então, a justa aplicação da pena. Pena esta, que já havia sido estabelecida antes da transgressão, de que se desobedecessem ao preceito, morreriam.

Tal penalidade não é só da mulher, Eva, que ouvindo a serpente comeu do fruto proibido e também o deu ao homem, Adão. É também pecado de Adão, pois a comunhão com que estavam faz com que não sejam dois homens, um homem e uma mulher, mas sim um só homem. Neste único homem se encontra a natureza humana. Pois até a mulher, Eva, foi feita a partir de Adão.

Isso demonstra o vínculo de parentesco com que todos os homens, toda a humanidade, toda a natureza humana está ligada. Sendo assim, o pecado não é apenas de Adão. O pecado é da natureza humana em Adão, pois em Adão Deus criou a natureza humana, e em Adão a natureza humana pecou. Sendo assim, a pena do pecado é também não só de Adão, mas de toda a natureza humana.

Por isso, vivemos todos à mercê das desordens do corpo e da alma, porque carregamos a mancha do pecado original. Em Adão, a natureza humana pecou, e sendo Adão penalizado com a morte, também a natureza humana recebe essa pena e experimenta antropológicamente e

socialmente os conflitos da vida terrestre. Onde o corpo conspira contra o espírito, a paixão conspira contra a razão. Além do conhecimento vivencial do bem e do mal.

Entretanto, prevendo Deus que o homem pecaria, pelo mau uso do livre arbítrio, deixo-o usar de sua liberdade. Colocando, depois em evidência, quão grande e misericordiosa é a sua graça para com a criatura humana, quando por desobediência o abandona, ficando privado da graça.

Deus é infinitamente sábio, justo e bom. Ele oferece a toda criatura humana a graça do resgate. Por sua misericórdia quer que todos os homens se livrem da pena da morte eterna, que é pena contraída por descendência. Este resgate se dá pela graça do batismo, que regenera a alma da criatura nova, além de arrependimento sincero que todo o homem deve ter na história, toda vez que abandonar a Deus pelo pecado pessoal, sendo privado da graça.

Por essa privação, deve o homem voltar-se a seu Deus, que é, para aquele que crê, o único caminho de salvação, e reconciliado poder voltar a viver sob a graça de seu Deus e Senhor.

Aquele que por graça divina se libertar da morte eterna, participará da felicidade eterna, onde não haverá mais qualquer conspiração do corpo contra o espírito nem da paixão contra a razão. Onde não haverá mais nenhuma concupiscência da carne, nem a morte nem a dor.

Haverá sim, uma vida feliz, que é a vida na suprema felicidade, onde nos é dado o prêmio eterno da vida em Cristo, onde viveremos todos na comunhão dos santos e dos anjos, onde Deus é tudo em todos.

Sabe-se que o trabalho aqui apresentado tem por base a obra "A Cidade de Deus", de Santo Agostinho e que aborda, principalmente, a questão da teoria do pecado original, bem como suas consequências e reflexos, na relação social antropológica da vida da humanidade.

Se faz necessário, portanto, entender a maneira como Santo Agostinho desenvolveu essa teoria, dentro do que alguns autores chamam de agostinianismo. A doutrina agostiniana é direcionada para Deus. O bispo de Hipona fala constantemente de Deus, seja na linha filosófica ou teológica. Pode-se concluir que ele crê que a Sagrada Escritura é um dado revelado.

Verifica-se que em toda sua doutrina, após um longo e sofrido percurso para o alcance de sua maturidade doutrinária, Agostinho buscou conciliar revelação e razão. Santo Agostinho, assim como o agostiniano, lê a Sagrada Escritura às luzes da fé. Não se pode negar esse princípio agostiniano.

Nosso Doutor, buscou verificar a coincidência, e, ou, a semelhança que há no dado revelado pela Sagrada Escritura, com o que a razão oferece manifestado na natureza humana. Seria um erro grave pensar que Agostinho tenha fechado os olhos ao que a fé lhe mostra na revelação através do livro do Gênesis.

Agostinho não cega a razão ao que a fé mostra pela Sagrada Escritura. Portanto, pode-se dizer que ele lê o Gênesis à luz da fé e verifica nesse ato a revelação da história da criação da natureza humana, tanto a original, criada, quanto a corrompida pelo pecado. Por isso, pode-se afirmar que Agostinho considera a revelação como fonte de luz para a razão.

Em sua própria vida, nosso Santo buscou constantemente a graça divina, por se confessar herdeiro de uma natureza corrompida, cheia de desordens internas. Portanto, se confessou necessitado da graça da regeneração, para o alcance da vida feliz, na plenitude de Deus. A graça da regeneração é, para Agostinho, a possibilidade de o homem viver sob o efeito do amor de Deus, mesmo habitando um corpo de natureza corrompida.

Agostinho reconheceu a necessidade da graça de Deus em sua vida, por experimentar em seu corpo a natureza corrompida e a sujeição à desgraça de sua alma por habitar tal corpo. Não satisfeito, buscou, à luz da fé, entender sua natureza corrompida, para buscar o caminho de sua salvação e a da humanidade inteira. Isso, para que libertos das ciladas do Diabo, todos os homens e todas as mulheres possam, cheios da graça de Deus, habitar a cidade celeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona, 354-430. A Cidade de Deus. Parte II. (Livro XI a XXII). Tradução de Oscar Paes Lema. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona, 354-430. A Cidade de Deus. V. 2 (Livro IX a XV). Tradução: J. Dias Pereira. 4ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona, 354-430. A Cidade de Deus. V. 3 (Livro XVI a XXII). Tradução: J. Dias Pereira. 4ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona, 354-430. A fé e o símbolo; Primeira catequese aos não cristãos, A disciplina cristã, A continência. Tradução: Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Patrística 32).

AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona, 354-430. A Graça I. Tradução: Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1998. (Coleção Patrística nº 12).

AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona, 354-430. Comentário ao Gênesis. Tradução: Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Patrística 21).

AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona, 354-430. Confissões. Tradução: Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Patrística nº 10).

AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona, 354-430. Explicação de algumas proposições da Carta aos Romanos; Explicação da Carta aos Gálatas; Explicação Incoada da Carta aos Romanos. Tradução: Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2009. (Coleção Patrística 25).

AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona, 354-430. O Livre Arbítrio. Tradução: Nair de Assis Oliveira. Revisão: Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção Patrística nº 8).

AGOSTINHO, Santo. Bispo de Hipona, 354-430. Pinckaers, Servais. Em Busca de Deus Nas CONFISSÕES - Passeando Com Santo Agostinho. São Paulo: Loyola, 2013.

AQUINO, Tomás. Suma Teológica. Volume: IV. I seção II parte - Questões 49-114. 2ª Edição. São Paulo: Loyola, 2010.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 8ª impressão. Impressão e acabamento editora Paulus. São Paulo. 2012.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Texto típico latino, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, 1997. São Paulo: Loyola, 1999.

FILHO, José Carlos Pires de Campo. Os pressupostos filosóficos do Estado ético-jurídico na obra "A Cidade de Deus" de Santo Agostinho. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia do Direito) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/9/TDE-2012-09-11T08:45:14Z-12872/Publico/Jose%20Carlos%20Pires%20de%20Campos%20Filho.pdf. Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

GILSON, Étienne. Introdução ao estudo de Santo Agostinho. 2ª edição. São Paulo: Paulus, 2010.

HILL, Joseph Murray. A DOUTRINA DO PECADO ORIGINAL À LUZ DA TEORIA DA EVOLUÇÃO EM PIERRE TEILHARD DE CHARDIN E KARL RAHNER. 2014. Dissertação (Mestrado em Teologia) - FAJE: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: < <http://www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/070115-ztpI89bqtloq.pdf> >. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

MATTOS, José Roberto Abreu. O PROBLEMA DO MAL NO LIVRE ARBÍTRIO DE SANTO AGOSTINHO. 2013. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15819>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

SILVA, Dayvid. O PECADO ORIGINAL: RAÍZES HISTÓRICO-TEOLÓGICAS DE UMA CONTROVÉRSIA. Revista de Cultura Teológica - v. 17 - n. 66 - JAN/MAR 2009. PUC-SP São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15492/11571>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2016.